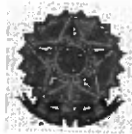


Imprimir



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região**

Acórdão do(a) Exmo(a) Desembargador(a) Federal do Trabalho **MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO**

Processo: **01614-2012-003-10-00-5-RO**

**Ementa**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. RESISTÊNCIA À IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS PARA EVITAR OU MINORAR A EXPOSIÇÃO DOS TRABALHADORES A AGENTES AGRESSORES À SAÚDE OCUPACIONAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA VIPLAN E DO DISTRITO FEDERAL. CONTRATO DE CONCESSÃO.** Nas ações que visam assegurar direito ao meio ambiente equilibrado, no caso o meio ambiente do trabalho, tenho que a responsabilidade da concessionária deva ser objetiva e a do poder concedente solidária com o concessionário de serviço público, contra quem possui direito de regresso, espeque no §6º do art. 37 da Carta Magna, na Lei n.º 6.938/81 e Lei n.º 8.987/1995. **QUANTUM INDENIZATÓRIO.** Comprovada a pertinência das implementações requeridas pelo Ministério Público do Trabalho, com o fito de adotar providências saneadoras às condições insalubres de trabalho, bem como reconhecida a resistência do empregador em atender as disposições relativas à norma de segurança e saúde do trabalho, tem-se por devida a reparação ao dano moral coletivo imposto pelo d. Juízo sentenciante. No entanto, compete ao juiz usar o prudente arbítrio para o estabelecimento do valor devido, levando em conta as peculiaridades do caso, bem como as condições socioeconômicas das partes. Nesse sentido, sopesando todas as circunstâncias fáticas do evento e particularidades das partes, em especial o estado de Recuperação Judicial da primeira ré, tenho por bem reduzir a indenização por danos morais. Recursos ordinários conhecidos, desprovido o recurso do MPT, parcialmente providos os recursos da VIPLAN e do GDF.

**Relatório**

O Excelentíssimo Juiz Francisco Luciano de Azevedo Frota, titular da MM. 3ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, prolatou sentença às fls. 7.993/8.039, complementada às fls. 8.114/8.118, nos autos da Ação Civil Pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO em desfavor de VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA e do DISTRITO FEDERAL, por meio da qual julgou parcialmente procedentes os pedidos articulados na inicial, não estendendo ao ente público a condenação às obrigações de fazer decorrentes do contrato de emprego.

Irresignado, o MPT interpôs recurso ordinário, às fls. 8.047/8.077, pretendendo a condenação do Distrito Federal in totum.

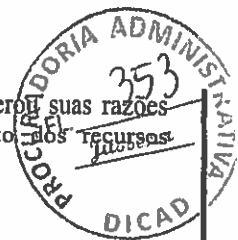
A VIPLAN interpôs recurso ordinário às fls. 8.122/8.145, aduzindo razões para afastar a antecipação dos efeitos da tutela, aventando as preliminares de ilegitimidade ativa do MPT e de impossibilidade jurídica do pedido de dano moral e, quanto ao mérito, requer a reforma do decisor a quo para que sejam julgados improcedentes os pedidos exordiaes. Alternativamente, requer a redução do quantum indenizatório.

Contrarrazões pelo Distrito Federal às fls. 8.153/8.159.

O Distrito Federal recorre às fls. 8.160/8.199, aventa preliminar de nulidade de sentença por ausência de fundamentação, assevera haver incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para condenar o Distrito Federal no caso, repete pedido de reunião de processos em decorrência de conexão, alega ilegitimidade passiva e, quanto ao mérito, assevera a ausência de responsabilidade civil, pugnando, alternativamente, pela redução do quantum indenizatório.

Contrarrazões pela VIPLAN às fls. 8.202/8.205.

Contrarrazões pelo MPT às fls. 8.208/8.241.



O Ministério Público do Trabalho, em parecer da lavra do Procurador Cristiano Paixão, reiterou suas razões recursais, postulando pelo provimento de seu apelo, e se manifestou pelo desprovimento dos recursos ordinários da VIPLAN e do Distrito Federal (às fls. 8.247/8.248).

É o relatório.

### Voto

#### ADMISSIBILIDADE

Os recursos são tempestivos e encontram-se regularmente subscritos e há sucumbência.

O Recurso ordinário da VIPLAN veio acompanhado dos comprovantes do depósito recursal e recolhimento das custas processuais às fls. 8.146/8.147.

Em contrarrazões, especificamente às fls. 8.203/8.204, alega a VIPLAN a desfundamentação do recurso do Órgão Ministerial, pugnando pelo seu não conhecimento. No entanto, observo que o recurso ordinário do MPT impugna especificamente os fundamentos lançados na r. sentença originária, nos exatos termos do art. 514, II, do CPC.

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, conheço dos recursos ordinários e das contrarrazões ofertadas.

#### QUESTÕES PRELIMINARES

#### RECURSO ORDINÁRIO DA VIPLAN

#### DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

Alega a ré violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa pelo d. Juízo sentenciante, por acreditar, em suma, inexistirem "os requisitos legalmente exigidos para o deferimento da medida extrema"(à fl.8.124).

O d. juízo sentenciante deferiu, de forma parcial, o pedido de antecipação de tutela, cujos termos, que entendo essenciais, transcrevo:

"O Inquérito civil público instaurado pelo MPT indica que há uma negligência da empresa no que tange aos programas preventivos de doenças ocupacionais, notadamente em relação à questão da avaliação ambiental quanto ao excesso de ruídos e vibrações nos ônibus, o não acompanhamento por meio dos exames audiométricos da evolução do quadro auditivo de seus empregados, a ausência de relatório anual do PCMSO, dentre outras irregularidades, em primeira análise verificadas.

Evidentemente que ainda se faz necessária uma melhor investigação das condições ambientais dos trabalhadores da ré, e isso deverá ser feito no curso da presente ação, mas a exigência do cumprimento das normas regulamentadoras, especialmente quanto aos programas de prevenção de riscos previstos nas NR-07 e NR-09 é medida que se impõe de imediato, tendo em vista o risco de agravamento do quadro de patologia relacionada com a perda auditiva dos empregados em face do excesso de ruído e vibração.

A tutela inibitória configura-se como uma tutela preventiva, pois visa exatamente prevenir o ilícito, impedindo a sua repetição ou continuação, com os olhos voltados para o futuro.

No caso de tutela coletiva, o artigo 84 da Lei n. 8.078/90 (CDC) atua como fundamento normativo-processual da tutela inibitória, admitindo que o juiz conceda tutela específica, nas ações que visam o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, determinando "providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do inadimplemento".

O §3º do mesmo art. 84 do CDC possibilita que, "sendo relevante o fundamento da demanda, e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final", o juiz conceda a tutela liminarmente ou após justificação prévia".

A tutela antecipada ainda não constitui um juízo definitivo sobre a controvérsia instaurada, mas, diante de uma situação de premência, deve ser concedida sempre que a análise da questão posta pela parte, na esteira do princípio da probabilidade, possibilite a formação de um juízo provisório.

Nesse sentido, havendo receio fundado de um ilícito, ainda que não evidenciado o dano, revela-se salutar a concessão da tutela antecipada para preveni-lo.

Os pedidos de letras "A" a "E" da inicial prescindem do aguardo do contraditório, pois são obrigações já definidas pelas normas legais e pelas normas regulamentadoras do MTE. Além do mais, são fundamentais para



prevenir ou cessar eventuais danos à saúde dos trabalhadores.

O receio fundado do descumprimento das normas de segurança do trabalho pela empresa ré, manifesto, tendo em vista as provas colhidas no inquérito civil instaurado pelo autor, ainda que pouco atuais.

Nesse sentido, concedo a liminar quanto aos pedidos de letras "A", "A.1", "B", "B.1", "C", "D" e "E" da petição inicial (rol dos pedidos).

O autor também formula diversos pedidos visando a adequação dos ônibus da ré, voltada para a garantia de um ambiente de trabalho hígido e seguro.

Pretende o parquet que sejam de imediato implantadas nos ônibus diversas medidas para redução dos riscos ambientais a que estão expostos os motoristas e cobradores, dentre as quais menciona: instalação de silenciadores, enclausuramento do motor e redução da vibração das estruturas.

Também pugna o autor para que seja feita a análise dosimétrica de ruídos em toda a frota de ônibus com motores dianteiros, de modo que sejam retirados de circulação aqueles que ultrapassem os limites de tolerância previstos na NR-15.

Requer, também, que seja determinado em medida liminar que a empresa doravante apenas adquira veículos novos que tenham ar-condicionado, motor na parte traseira, câmbio automático e direção hidráulica.

Além de todas as considerações ergonômicas e médicas trazidas na inicial, solidificadas por consistentes argumentos jurídicos, sobretudo no que tange à responsabilidade que deve ser assumida pelas empresas concessionárias de serviços públicos, também apresenta o autor como fator que justifica o deferimento da medida liminar em relação à adequação da frota de ônibus, a concorrência pública aberta para a concessão do serviço de transporte público urbano de passageiros.

Pois bem.

De fato, vivencia-se o momento ideal para que todas as distorções de ordem ambiental, no que tange aos ônibus de passageiros que circulam no Distrito Federal, sejam corrigidas, de modo a assegurar aos trabalhadores condições hígidas e seguras de trabalho.

Entretanto, no estágio atual do processo de licitação, as atenções devem estar voltadas para o edital de concorrência lançado pelo Governo do Distrito Federal, que poderá estabelecer exigências para os participantes do processo licitatório em relação à frota de ônibus a ser utilizada pelos vencedores, garantindo, desse modo, o cumprimento das normas de saúde e de segurança dos trabalhadores, sem afrontar a igualdade concorrencial.

No caso presente, não obstante a coerência e a solidez das argumentações apresentadas, vislumbro a necessidade de um exame mais acurado das atuais condições de trabalho oferecidas aos trabalhadores pela empresa ré, considerando que as provas apresentadas se referem a um período bem anterior à propositura da presente ação.

Para isso, as determinações, em sede de liminar, para que a empresa ré cumpra as obrigações capituladas nas letras "A" a "E" dos pedidos, além de outras provas técnicas que serão determinadas por este juízo no curso da instrução processual, trarão melhores luzes para uma decisão final sobre as questões trazidas pelo autor em relação às necessidades de renovação e/ou adaptações da frota de ônibus da empresa.

Quanto ao pedido de letra "G", a avaliação quantitativa, ainda que por amostragem, dos níveis de ruídos (dosimetria) será necessária para o cumprimento da obrigação contida na letra "A", e, dependendo do resultado apresentado, poderá trazer maior subsídio para o enfrentamento da questão trazida pelo autor quanto à extensão da análise para toda a frota, com a consequente retirada de circulação daqueles que efetivamente não observam os limites de tolerância.

Também não há nos autos prova, ainda que indiciária, que justifique a antecipação do provimento em relação ao pedido de letra "J".

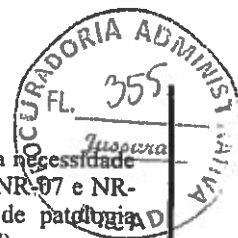
Nesse cenário, indefiro a concessão de liminar em relação aos pedidos de letras "F", "G", "J" e "L" da inicial.

Quanto aos pedidos de letras "H" e "I" da inicial, não vislumbro justificativa para que seja antecipado o provimento jurisdicional no particular, visto que, além de tratarem de obrigações legais, não há evidências nos autos do efetivo descumprimento pela ré."(às fls. 357/360, grifo nosso).

Parece-me irretocável a ilação levada a efeito no r. Decisum impugnado.

Explico.

Em razão da necessidade de assegurar o cumprimento pela ré de normativos de segurança e saúde dos trabalhadores, restou ajuizada a presente ação civil pública, a qual veio acompanhada do devido inquérito civil



público.

O Juízo sentenciante, com lastro nas provas constituídas no respectivo inquérito e vislumbrando a necessidade de cumprimento imediato das normas regulamentadoras preventivas de riscos, especificamente as NR-07 e NR-09, entendeu pela antecipação da tutela, para fins de se evitar o "agravamento do quadro de patologia relacionada com a perda auditiva dos empregados em face do excesso de ruído e vibração" (à fl.357).

Parece-me que a apuração dos fatos naquele inquérito consubstancia-se em elemento capaz de emoldurar a verossimilhança do direito violado para fins de antecipação de tutela, ainda mais quando se busca, com a medida, o cumprimento das supracitadas normas regulamentadoras, imprescindíveis para a manutenção da higiene e segurança de trabalhadores, sem que isso represente vulneração ao devido processo legal, sob as nuances do contraditório e ampla defesa.

Insta observar que o art. 334 do CPC, inciso IV, destaca como fatos não dependentes de prova aqueles "em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade".

Ora, se a lei processual civil admite a ocorrência de um fato por presunção legal, com o condão de afastar a dilação probatória sobre o mesmo, mais ainda se deve enfatizar a indiscutibilidade de um fato flagrante, tornado inequívoco sob a chancela do Ministério Público e do Poder Judiciário. É o caso.

Nesse cenário, em face da situação, reputo observado o devido processo legal e resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Rejeito a preliminar de nulidade.

### ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Argui a VIPLAN a ilegitimidade ativa ad causam do Órgão Ministerial sob o argumento de que "não se trata de defesa de interesses coletivos, mas de determinada categoria ou empresa, fora, portanto, do amparo legal conferido ao autor no uso da ação civil pública" (à fl.8.129).

De acordo com a moderna sistemática, nos casos de ação civil pública, restaram derogados os conceitos e institutos da processualística tradicionais inscritos no Código de Processo Civil.

De acordo com o novo sistema, ao propor ação judicial em nome próprio para a defesa de interesses individuais homogêneos de trabalhadores, o MPT não figura como substituto processual (CPC, art. 6º), mas como detentor de legitimação autônoma definida pela CF, para a tutela judicial de interesses e direitos individuais homogêneos pertencentes à sociedade, com resguardo aos preceitos contidos na Constituição Federal.

O artigo 129, III, da CF, estabelece que a ação civil pública é o meio processual adequado à defesa dos interesses coletivos e difusos, cumprindo o parquet, com base na sua missão institucional, promovê-la nos casos que entender necessária tutela direitos da sociedade.

A Lei Complementar 75/93, no artigo 6º, estabelece que compete ao órgão promover o tipo de ação para proteção dos direitos constitucionais e de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (inciso VII, alíneas "a" e "d").

Entendo não haver, portanto, ilegitimidade ad causam.

Ainda que assim não fosse, as condições da ação são examinadas em abstrato.

Legitimidade "é a qualidade processual de titular da ação decorrente da titularidade, em abstrato, da relação controvertida deduzia em juízo (ordinária) ou da vontade da lei (extraordinária)" (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. 6. ed. Código de processo civil interpretado. Manole, p. 255).

A legitimidade ativa ad causam vincula-se à pertinência subjetiva do direito invocado.

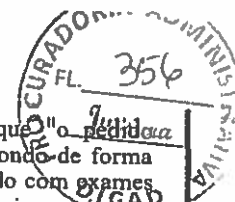
A atuação do Ministério Público decorre do munus Constitucional de defesa dos interesses sociais e individuais homogêneos ditos transgredidos.

O real interesse tutelado nesta ação civil pública é o exercício de garantias insculpidas no art. 7º, da Constituição Federal, integrante da órbita dos direitos sociais, ao assegurar à coletividade dos trabalhadores o regular cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho e de normas que visam manter a boa saúde e segurança do trabalhador.

Visualiza-se hipótese típica da atuação do Ministério Público do Trabalho no exercício da defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na moldura do art. 127 da Carta Magna.

Preliminar rejeitada.

### DA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO



Reitera a recorrente a arguição de impossibilidade jurídica do pedido, ao argumento de que "o pedido ministerial, ao alegar suposto dano a coletividade, não delimita que coletividade seria esta, expondo de forma genérica que todos os funcionários de tráfego estariam sendo prejudicados, mas baseia seu pedido com exames de funcionários que não trabalhavam como motoristas ou cobradores" e que "assim, é impossível a determinação dessa coletividade, ou seja, o sujeito passivo, e até mesmo a indivisibilidade da ofensa e da reparação" (à fl. 8.130).

Sem razão.

A impossibilidade jurídica do pedido se dá quando a pretensão postulada encontra obstáculo no ordenamento jurídico.

Dessa forma, esta condição da ação, pedido juridicamente possível, far-se-á presente quando o que se pede estiver previsto no ordenamento jurídico ou não for vedado por ele.

Na hipótese, a pretensão do autor constitui pedido possível porquanto não vedado pelo ordenamento jurídico pátrio.

Incólumes os dispositivos legais tidos por violados.

Preliminar que se rejeita.

RECURSO ORDINÁRIO DO GDF

DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO

Alega o Distrito Federal que "falta a este Juízo – e à Justiça do Trabalho como um todo – competência para processar e julgar a presente demanda", porquanto "os fundamentos utilizados pelo Requerente para tentar atribuir responsabilidade direta ao Distrito Federal não tem qualquer relação com a legislação trabalhista" (fl.8.163).

Sem razão.

Não há de se afastar a competência desta Especializada vez que a causa de pedir e o pedido derivam de violação a importantes regras de higiene, segurança e saúde dos trabalhadores e, desse modo, decorrem de relação de trabalho.

Friso que a competência material da Justiça do Trabalho é aferida em abstrato, a partir da causa de pedir e do pedido.

O art. 114 da nossa Carta Magna é o embasador da competência material desta Justiça Laboral haja vista se buscar, no presente litígio, adequadas condições do meio ambiente de trabalho.

Rejeito.

DA CONEXÃO

Assevera o ente público que equivocado está o d. Juízo a quo ao entender pela não existência de conexão entre a presente Ação e aquela contida nos autos do processo nº 0001566-18.2012.5.10.0015.

Sem razão.

Insta observar que inexistente texto específico quanto ao tema na Consolidação Laboral, o que nos remete à aplicação subsidiária do Código Processual Civil.

Transcrevo, por importante, os artigos que tratam do assunto no CPC, in verbis:

"Art. 102. A competência, em razão do valor e do território, poderá modificar-se pela conexão ou continência, observado o disposto nos artigos seguintes.

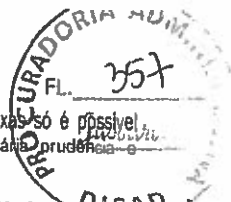
Art. 103. Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.

Art. 104. Dá-se a continência entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.

Art. 105. Havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente."

Transcrevo preciosa lição do douto Carlos Henrique Bezerra Leite:

"A conexão, segundo Nelson Nery Junior, é "matéria de ordem pública", devendo ser conhecida de ofício pelo juiz, a teor do art. 301, VII e § 4º, do CPC. Todavia, a reunião de ações conexas deve ser presidida pela logicidade do



direito processual, que é orientada pelo princípio da preclusão. Ademais, a reunião de ações conexas só é possível quando não implique sérios embaraços à prestação jurisdicional, o que recomenda a necessária prudência e razoabilidade do julgador.

Assim, se numa ação já existe sentença, não há razão para a reunião com outra ação, posto que ~~conexa~~ pois isso desaguaria em sérios transtornos, até mesmo para a segurança das decisões, porquanto em tais casos haveria prejulgamento em relação à segunda ação que ainda aguarda a prolação da sentença. É exatamente por isso que o art. 105 do CPC deixa patente que a reunião de ações conexas é permitida, desde que seja possível o julgamento simultâneo de ambas" (in Curso de Direito Processual do Trabalho, LTR, 11ª edit., 2013, p.310).

Nesse sentido, ainda que entendêssemos pela existência de conexão entre a presente ação e aquela contida nos autos do processo nº 0001566-18.2012.5.10.0015, incabível, no presente momento processual, a pretendida reunião perante o d. Juízo prevento uma vez que já existe sentença nos presentes autos, devendo, portanto, conforme melhor juízo, correrem os processos, tidos por conexos, em separado.

Rejeito.

#### DA DESFUNDAMENTAÇÃO

Alega a recorrente que a sentença não enfrentou toda a argumentação expendida pelo Distrito Federal.

Nula é a sentença que não expuser os fundamentos do convencimento do magistrado, não se podendo acoimar de vício de nulidade o ato judicial que analisou "a questão da obrigação do embargante quanto à fiscalização dos serviços delegados à empresas concessionárias e/ou permissionárias... afastando-se, por óbvio, qualquer argumentação contrária de imputação dessa responsabilidade a outro ente público (União ou DFTRANS)" sendo, também, analisada "a questão da responsabilidade solidária do embargante...inclusive sob o aspecto da culpa, à luz da legislação civil em vigor", conforme esclarece o d. juízo a quo na decisão de embargos à fl.8.116.

Expostas, portanto, as razões em que se funda a persuasão jurisdicional permitindo à parte o exercício pleno do direito à recorribilidade, não há de se falar em nulidade da sentença por desfundamentação.

As questões que levam o ente público a buscar o afastamento de sua condenação solidária dizem respeito propriamente ao mérito e como tal serão analisadas.

Rejeito.

#### DA ILEGITIMIDADE PASSIVA

Assevera o Distrito Federal ser parte ilegítima para compor o polo passivo "uma vez que existe na Administração Indireta Distrital uma autarquia criada especificamente para fiscalizar a prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário aos usuários do sistema, qual seja, DFTRANS"(à fl.8.172).

As condições da ação, como dito alhures, são examinadas em abstrato.

Legitimidade "é a qualidade processual de titular da ação decorrente da titularidade, em abstrato, da relação controvertida deduzia em juízo (ordinária) ou da vontade da lei (extraordinária)" (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. 6.ed. Código de processo civil interpretado . Manole, p. 255).

Possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda aquele que, em tese, possui aptidão jurídica para suportar os efeitos da decisão judicial.

Frise-se que enquanto uma das condições da ação a legitimidade deve ser aferida abstratamente, a partir da simples leitura da inicial e das alegações nela contidas.

Note-se que o autor busca a condenação solidária do Distrito Federal razão pela qual foi este inserido no polo passivo.

A nuances levantadas a respeito de ser de responsabilidade do DFTRANS a fiscalização da concessionária ou a impossibilidade de responsabilização solidária do Distrito Federal encontram-se afetos ao mérito da causa e como tal serão analisadas.

Rejeito.

#### MÉRITO

#### RECURSOS DO MPT E DO GDF

#### DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Pugna o Órgão Ministerial pela ampliação da condenação do Distrito Federal de forma a abranger também as obrigações de fazer exordialmente pleiteadas.



Por outro lado, assevera o Distrito Federal a sua total ausência de responsabilidade.

O d. Juízo vestibular teceu a seguinte fundamentação:

#### "RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

O autor, por meio de emenda à inicial de fls. 487/497, incluiu o Distrito federal no polo passivo da lide para que, na qualidade de poder concedente, responda solidariamente pelo cumprimento das obrigações de fazer pretendidas em face da empresa ré, bem como seja condenado ao pagamento de uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

A questão deve ser analisada à luz da responsabilidade da administração pública em decorrência de danos causados por empresas permissionárias e/ou concessionárias de serviços públicos.

O contrato de concessão/permissão de serviços públicos, como no caso do transporte coletivo urbano, tem caráter formal, intuitu personae e bilateral, gerando obrigações para ambos os contratantes.

A norma constitucional, em seu art. 175, ao permitir que a administração pública delegue, por meio de concessões ou permissões, a prestação de serviços públicos, não descola do ente público a responsabilidade por esses mesmos serviços, estabelecendo o seu dever de fiscalização, na forma da lei (art. 175, § único, I, da CF).

Essa obrigação fiscalizatória, inclusive, está disciplinada no art. 30 da Lei de Concessões (Lei n. 8.987/95).

Pois bem.

Considerando que as concessionárias e/ou permissionárias prestam um serviço público, não há dúvida de que devem responder objetivamente pelo danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, na esteira do que preconiza o §6º do art. 37 da CF.

E o poder público concedente deve responder pelos danos causados pelas concessionárias a terceiros?

Ora, cabendo ao concessionário/permissionário a observância das normas trabalhistas e previdenciárias, na esteira do art. 71 da Lei n. 8.666/93, e sendo obrigação do poder concedente fiscalizá-lo quanto ao cumprimento dessas obrigações legais, na hipótese de dano causado pelo agente público detentor da concessão ou permissão, não há como excluir o Estado da responsabilidade indenizatória, desde que evidenciado o nexo de causalidade entre o fato danoso e a conduta omissiva culposa do ente público.

Nesse mesmo sentido a lição de Yussef Said Cahali, em sua obra "Responsabilidade Civil do Estado" (4ª edição, pag. 120):

"Admissível, portanto, a responsabilidade da Administração pelos danos oriundos de comportamentos até mesmo alheios à própria prestação de serviço público, desde que demonstrado o nexo de causalidade entre o fato danoso e a conduta omissiva culposa do ente público, na fiscalização que lhe compete exercer."

A Carta Constitucional permite a delegação de serviços públicos por meio dos institutos da concessão e da permissão (art. 175). Entretanto, o particular que age nessa condição delegada assim o faz em nome do Estado que, evidentemente, permanece responsável não apenas pelos resultados, mas também pela observância da ordem jurídica na consecução do objeto da aludida concessão/permissão.

No caso vertente, resta absolutamente patente a complacência e a omissão do poder público na sua ação fiscalizatória, permitindo que seu agente, delegado na forma do art. 175 da CF para executar um serviço público, e atuando nessa condição, ofendesse valores sociais indisponíveis, garantidos por normas de ordem pública.

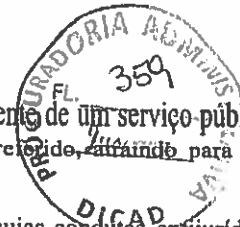
Evidente, pois, que a negligência estatal configurou ato ilícito, atraindo, desse modo, a aplicação do art. 927, combinado com o art. 186, ambos do CCB.

A propósito, como já repisado no item anterior, o art. 186 do CCB define o ato ilícito como toda ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, que violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral. E no caso concreto, a conduta omissiva do Estado no seu dever de fiscalização, contrária à ordem jurídica, contribuiu para a ocorrência de dano ao patrimônio moral da coletividade, evidenciando, desse modo, o nexo de causalidade ensejador da responsabilidade civil.

Cretella Júnior, em seu "Tratado de Direito Administrativo", leciona que "a omissão configura a culpa in omittendo ou in vigilando". E explica:

"[...] São casos de inércia, casos de não-atos. Se não vigia quando deveria vigiar, o agente público omite-se, empenhando a responsabilidade do Estado por inércia ou incúria do agente. Em todos os casos, culpa, ligada à ideia de inação"

A empresa ré está obrigada a indenizar pelo descumprimento das suas obrigações de empregadora, no caso, pela não observância das normas de proteção à saúde dos trabalhadores, que lesou um bem jurídico coletivo,



consoante já analisado no tópico anterior. Já o Estado, na condição de poder concedente de um serviço público, contribuiu, pela sua inação fiscalizatória, para a ocorrência do dano patrimonial referido, arcando para si a responsabilidade civil concorrente.

O art. 942 do CCB prevê a obrigação solidária pela reparação de todos aqueles cujas condutas antijurídicas concorreram para o dano ocorrido. E em se tratando de administração pública, a questão da responsabilidade também se resolve pela aplicação do §6º do art. 37 da CF, que prevê a responsabilidade do Estado na hipótese de danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros.

Não se pode, no entanto, cogitar de uma outra indenização por danos morais coletivos, além daquela já estabelecida na presente decisão em desfavor da empregadora, visto se tratar de um mesmo evento danoso. O que se impõe, na hipótese, é o reconhecimento da responsabilidade solidária do Estado em face da lesão causada pela permissionária de serviço público.

Registre-se, no entanto, que essa solidariedade não se estende às obrigações de fazer decorrentes do contrato de emprego, uma vez que tipicamente personalíssimas, sendo ela restrita à obrigação indenizatória por danos morais coletivos, para os quais concorreu culposamente o Estado.

Ante ao exposto, indefere-se o pedido quanto à condenação solidária do Distrito Federal em relação às obrigações de fazer devidas pela empresa ré.

Admite-se, no entanto, a responsabilidade solidária do Distrito Federal em relação ao pagamento da indenização por danos morais coletivos fixada no tópico anterior."(às fls. 8.034/8.038).

No presente caso, restou configurada a ocorrência de violações a direitos fundamentais dos trabalhadores, da maior relevância social, atingindo o meio ambiente do trabalho, especificamente atingindo a saúde do conjunto de trabalhadores de empresa concessionária.

Nas ações que visam assegurar direito ao meio ambiente equilibrado, no caso o meio ambiente do trabalho, tenho que a responsabilidade do poder concedente não é subsidiária mas solidária e, portanto, com o concessionário de serviço público - cuja responsabilidade deve ser objetiva, contra quem possui o concedente direito de regresso, com espeque no §6º do art. 37 da Carta Magna, na Lei n.º 6.938/81 e Lei n.º 8.987/1995.

Vale destacar que não se discute a liceidade das atividades exercidas pelo concessionário, ou a legalidade do contrato administrativo que concedeu a exploração de serviço público; no presente caso, o que importa é a potencialidade do dano ao meio ambiente laboral configurado, bem como sua pronta e efetiva reparação.

Insta observar também que o DFTRANS de fato tem dentre suas atribuições específicas a gestão, o controle e a fiscalização dos serviços públicos de passageiros, mas sua atuação como órgão fiscalizador específico de forma nenhuma inibe a cobrança de responsabilidades do Distrito Federal, responsável lato. A concessão de serviço público é feita pelo ente federativo responsável pela prestação de serviço, nos exatos termos do inciso I, do art. 2º da Lei nº 8.987/1995, devendo entender-se, portanto, como legítimo responsável o GDF, ainda mais quando diante da ofensa a "valores sociais indisponíveis, garantidos por normas de ordem pública" pela sua concessionária, conforme decisaum à fl.8.036.

Mantenho, portanto, a condenação do Distrito Federal nos exatos termos da sentença.

Também comungo do entendimento de que não há de se falar em condenação estendida às obrigações de fazer, por serem obrigações de caráter personalíssimas, que somente compete à primeira reclamada cumprir.

As normas legais que determinam as obrigações de fazer do empregador, devem ser interpretadas restritivamente.

Mantido o decisaum, recursos ordinários do MPT e do DF desprovidos no tópico.

#### RECURSO ORDINÁRIO DA VIPLAN

#### DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

Argumenta a primeira ré que deve ser julgada improcedente a questão sob os seguintes termos: que há "impossibilidade de cumprimento de todas as obrigações de fazer constantes da r. sentença, até porque nenhuma irregularidade existe nos programa de segurança e saúde do trabalho desta Recorrente"; que "no mesmo sentido são as exigências pretendidas pelo Autor e em parte deferida pela sentença quanto a enclausuramento do motor, de ar condicionado e outras mais, que no mesmo diapasão da questão relativa a motor dianteiro/traseiro, não encontra na legislação a obrigação de instalação ou de existência nos veículos"(às fls. 8.136/8.137); que "se sabe perfeitamente bem que não há a menor possibilidade de se reconhecer que determinada patologia foi, COM CERTEZA ABSOLUTA, adquirida no trabalho"(fl. 8.140); que "o juízo originário, ao proferir sua sentença, se baseou em documentos e análises unilaterais, que sequer foram confirmados em juízo, seja por perícia ou outro meio idôneo, e sem que esta Recorrente participasse de sua análise/conclusão ou fosse chamada para prestar esclarecimentos"(à fl. 8.141).





O d. juízo a quo bem analisou todos os meandros da questão sob os seguintes fundamentos:

"PEDIDOS DE LETRAS "A", "B", "C", "D", "E" DA INICIAL

Em sede de antecipação de tutela, os pedidos em epígrafe já foram analisados por este juízo (fls. 352/361).

A empresa ré, em contestação (fls. 631/654), argumenta que elaborou o PPRA em conformidade com a norma regulamentadora, após inspeções feitas nos ambientes de trabalho e avaliações dos riscos físicos, químicos e biológicos a que estão sujeitos os trabalhadores, utilizando-se dos equipamentos adequados.

Segundo a empresa, a análise dos riscos permitiu a conclusão de que todos os trabalhadores laboram dentro dos limites de tolerância em relação ao ruído, sendo submetidos a avaliações periódicas médicas e psicológicas.

Ressalta, por fim, que possui PCMSO e PCA (programa de conservação auditiva) devidamente elaborados e implementados de acordo com as normas de regência.

Pois bem.

A defesa e a documentação acostada pela empresa não tiveram o condão de rever e alterar os fundamentos fáticos e jurídicos já deduzidos na decisão antecipatória da tutela jurisdicional proferida por este juízo, que analisou acuradamente os pedidos de letras "A", "B", "C", "D" e "E" da exordial.

Desse modo, fica desde já ratificada e adotada como razões de decidir a fundamentação exposta na decisão liminar de fls. 352/361, proferida nos termos seguintes:

"[...]"

Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região- Brasília-DF, com pedido de antecipação de tutela, em face da empresa VIPLAN – Viação Planalto Ltda.

Em apertada síntese, o autor noticia que foram instaurados pela Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região sete inquéritos civis públicos contra empresas de transporte público do Distrito Federal, objetivando investigar as condições ambientais de trabalho dos empregados, analisando os afastamentos previdenciários por conta de infortúnios laborais nos últimos oito anos e a implementação dos PPRA e PCMSO, além da verificação in loco do ambiente de trabalho.

Informa o parquet que foi verificado na empresa ré um número expressivo de audiogramas alterados ou sugestivos de alteração por exposição ao ruído, quadro que revela a existência de nexos causais entre o trabalho e as lesões apresentadas.

Também segundo o autor, o inquérito concluiu que a ré não havia implementado o Programa de Conservação Auditiva para os trabalhadores expostos aos ruídos, não incluiu os exames auditivos alterados no relatório anual do PCMSO, não realizou as medidas sugeridas no PCMSO e não efetivou as ações preventivas e corretivas do PPRA.

Relata também que, segundo informações do órgão previdenciário, há um elevado número de afastamentos de empregados da ré decorrentes de doenças ocupacionais, por causas diversas, sendo que mais de 5% dos casos são originados de problemas auditivos.

Baseando-se na gravidade das irregularidades cometidas pela empresa ré, comprovadas em procedimento investigatório realizado pelo MPT, afirma o autor que há um patente descaso empresarial com a saúde dos seus empregados, considerando os seguintes fatores conclusivos: a) os programas ocupacionais PPRA e PCMSO não apresentam informações compatíveis entre si, além de não serem implementados efetivamente; b) não há realização periódica de análise dosimétrica para avaliação do grau de exposição ao ruído a que são submetidos os seus motoristas e cobradores; c) não há acompanhamento da série histórica dos exames audiométricos admissionais, periódicos, de troca de função e demissional, e em muitos casos sequer realizados.

De acordo com o autor, os médicos do trabalho da PRT-10ª Região examinaram as avaliações audiométricas dos trabalhadores da empresa ré e verificaram a prevalência de audiometrias alteradas ou sugestivas de alterações por conta da exposição ao ruído.

Por conta de todas as irregularidades constatadas, aduz o parquet que enviou notificação recomendatória para a empresa para que observasse integralmente as normas de proteção à saúde e à segurança do trabalhador, mas que não produziu o efeito desejado.

Também o autor faz importantes considerações sobre as condições dos ônibus utilizados pela ré, com motores dianteiros que produzem ruídos bem acima dos limites de tolerância, com pisos e carrocerias revestidos de aço chumbado que produzem grande barulho, ausência de apoio para os pés nas catracas onde ficam os cobradores, assentos para os motoristas e cobradores sem preocupação com os aspectos ergonômicos recomendáveis pela ABNT, câmbios manuais distantes dos assentos dos motoristas, forçando desmedidamente o aparelho osteomuscular do trabalhador, além de outros aspectos que menciona na exordial.

Também ressalta a importância para preservar a saúde dos trabalhadores que os ônibus tenham ar-condicionado, observadas as normas técnicas da ABNT.

Por fim, destaca o parquet que, nos terminais ou pontos de espera, a empresa não disponibiliza

aos seus empregados água potável e instalações sanitárias separadas por sexo, em condições adequadas de dimensionamento, higiene e limpeza, em observância ao contido na NR 23 do MTE.

Em complemento, noticia que a empresa ré deverá participar da concorrência das linhas de ônibus realizada pelo Governo do Distrito Federal, com prazo provável de concessão de até dez anos, sendo essa uma oportunidade para que sejam solucionados os problemas relacionados à saúde ocupacional dos motoristas e cobradores, visto que será exigido de todos os participantes do certame que 100% da frota seja "zero quilômetro", permitindo, com isso, as adaptações necessárias em prol do meio ambiente do trabalho.

Por todo esse conjunto de fatores, resumidamente apresentados na presente decisão, pretende o Ministério Público do Trabalho que, liminarmente, seja determinado à empresa ré o cumprimento de todas as obrigações e a adoção de todas as providências elencadas no rol dos pedidos, com o objetivo de garantir aos empregados um meio ambiente laboral digno, seguro e hígido, consoante previsão contida na Constituição da República, na legislação ordinária e nas normas regulamentadoras.

É o que consta da inicial.

O exame da prova documental trazida aos autos pelo autor traz realmente fortes indícios de que são adversas as condições de trabalho a que estão submetidos os empregados da empresa ré, notadamente aqueles cuja lida diária está vinculada aos ônibus utilizados para o transporte público no Distrito Federal.

Merece especial destaque o parecer técnico do médico do trabalho da Assessoria de Segurança do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, nos autos do procedimento investigatório instaurado contra a requerida, que, analisando os audiogramas de diversos empregados, considerou-os sugestivos de desencadeamento de perda auditiva induzida por níveis de pressão sonora elevados (fls.235/240 do ICP).

Também chama a atenção deste juízo a informação prestada pela Divisão de Gerenciamento de Benefícios da Previdência Social (fls. 369/370 dos autos do ICP), apontando que, dos 1820 benefícios decorrentes de afastamentos por acidentes de trabalho de empregados da ré, 93 (5,11%) estão relacionados à perda auditiva, evidenciado, com isso, que há problemas de ordem ambiental na atividade dos empregados de empresas de ônibus, sobretudo em razão do excesso de ruídos e vibrações proporcionados pelos veículos utilizados.

Consta ainda dos autos algumas cópias de ações promovidas contra a ré postulando adicional de insalubridade por conta da exposição a ruídos durante o exercício das atividades de motorista e de cobrador, bem como ações indenizatórias decorrentes de doença ocupacional pelo mesmo fundamento.

A Constituição da República, afinada com os documentos internacionais, avançou consideravelmente no sentido da proteção à saúde do trabalhador, assegurando a "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança" (art. 7º, , XXII, CF).

A Convenção 155 da OIT, que dispõe sobre segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho, traça princípios que devem ser observados pelos países membros, orientando no sentido de que seja estabelecida uma política nacional em matéria de meio ambiente de trabalho, cujo objetivo deve ser o de prevenir acidentes e danos à saúde dos trabalhadores (art. 4º).

Portanto, o direito a um meio ambiente de trabalho seguro e hígido integra o conjunto dos direitos fundamentais dos trabalhadores, constituindo-se, assim, dever dos empregadores velar pelo cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, consoante preconiza o art. 157, I, da CLT.

O Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer na direção da prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais, pois sempre voltou os olhos para assistir o doente em vez de prevenir a doença.

A eliminação dos agentes danosos à saúde é o modo mais eficaz para prevenir os infortúnios laborais, ainda que nem sempre isso seja possível, conduzindo muitas vezes a solução do problema para a opção de neutralização por meio do fornecimento de EPI's.

Em consonância com o ditame constitucional de proteção da saúde e segurança do trabalhador, a NR-9 da Portaria nº 3.214/78 instituiu a obrigatoriedade pelos empregadores de elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, cujo objetivo é o de "preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho".

O PPRA deve identificar os agentes físicos, químicos e biológicos que, dentro do ambiente de trabalho, estejam causando, ou possam causar, danos à saúde do trabalhador, para que, a partir daí, sejam adotadas medidas visando a eliminação, redução ou neutralização desses riscos.

O documento que concretiza o PPRA não pode ser apenas uma peça de ficção dentro da empresa. É preciso que efetivamente cumpra a sua função de identificar os agentes agressivos ao meio ambiente de trabalho, estabelecendo metas e estratégias para combatê-los da forma mais eficaz.

Integrando esse conjunto de iniciativas que devem ter as empresas no campo da saúde dos seus empregados, a NR-7, da Portaria n. 3.214/78, obriga os empregadores a instituir um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

Dentre outros objetivos, o PCMSO visa prevenir, por meio do rastreamento e diagnóstico precoce, as doenças ocupacionais dentro da empresa, "além da constatação da existência de casos de doenças irreversíveis à saúde dos trabalhadores".

O programa deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, compreendendo avaliação clínica e exames complementares, indicando sempre se o trabalhador está apto ou inapto para função (Atestado de Saúde Ocupacional – ASO).

No caso da empresa ré, consoante já analisado, os seus empregados que atuam como motorista, cobrador, apontador e despachantes estão flagrantemente expostos a riscos ou a situações que podem desencadear ou agravar doenças ocupacionais graves e irreversíveis, no caso, a perda auditiva induzida por níveis elevados de pressão sonora e vibrações (PAIR).

Para o caso presente, a NR-07 impõe a realização de exames audiológicos periódicos, de modo a permitir o acompanhamento da audição dos trabalhadores, fornecendo ainda subsídios para adoção de programas que "visem a prevenção da perda auditiva" e a "conservação da saúde auditiva" (NR-07, Anexo 1 do Quadro II).

A audiometria é uma das espécies de exames audiológicos de referência e sequenciais, que tem por objetivo avaliar a audição do trabalhador ao longo do tempo de exposição ao risco.

De acordo com o item 3 do Anexo I do Quadro II da NR-07, "devem ser submetidos a exames audiométricos de referência e sequenciais, no mínimo, todos os trabalhadores que exerçam ou exercerão suas atividades em ambientes cujos níveis de pressão sonora ultrapassem os limites de tolerância estabelecidos nos anexos 1 e 2 da NR-15 da Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho, independentemente do protetor auditivo."

O mesmo item 3 estabelece os princípios e procedimentos básicos que devem ser observados para a realização do exame audiométrico.

A presente ação civil pública tem por objeto assegurar o cumprimento pela ré das normas de segurança e saúde dos trabalhadores, e, nesse sentido, foram formulados os pedidos de letras "a", "b", "c", "d" e "e" da inicial.

O inquérito civil público instaurado pelo MPT indica que há uma negligência da empresa no que tange aos programas preventivos de doenças ocupacionais, notadamente em relação à questão da avaliação ambiental quanto ao excesso de ruídos e vibrações nos ônibus, o não acompanhamento por meio dos exames audiométricos da evolução do quadro auditivo de seus empregados, a ausência de relatório anual do PCMSO, dentre outras irregularidades, em primeira análise verificadas.

Evidentemente que ainda se faz necessária uma melhor investigação das condições ambientais dos trabalhadores da ré, e isso deverá ser feito no curso da presente ação, mas a exigência do cumprimento das normas regulamentadoras, especialmente quanto aos programas de prevenção de riscos previstos nas NR-07 e NR-09 é medida que se impõe de imediato, tendo em vista o risco de agravamento do quadro de patologia relacionada com a perda auditiva dos empregados em face do excesso de ruído e vibração.

A tutela inibitória configura-se como uma tutela preventiva, pois visa exatamente prevenir o ilícito, impedindo a sua repetição ou continuação, com os olhos voltados para o futuro.

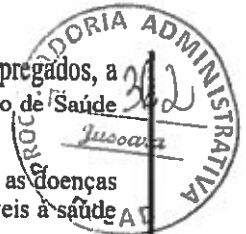
No caso de tutela coletiva, o artigo 84 da Lei n. 8.078/90 (CDC) atua como fundamento normativo-processual da tutela inibitória, admitindo que o juiz conceda tutela específica, nas ações que visam o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, determinando "providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do inadimplemento".

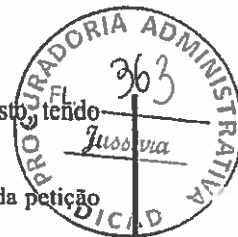
O §3º do mesmo art. 84 do CDC possibilita que, "sendo relevante o fundamento da demanda, e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final", o juiz conceda a tutela liminarmente ou após justificação prévia.

A tutela antecipada ainda não constitui um juízo definitivo sobre a controvérsia instaurada, mas, diante de uma situação de premência, deve ser concedida sempre que a análise da questão posta pela parte, na esteira do princípio da probabilidade, possibilite a formação de um juízo provisório.

Nesse sentido, havendo receio fundado de um ilícito, ainda que não evidenciado o dano, revela-se salutar a concessão da tutela antecipada para preveni-lo.

Os pedidos de letras "A" a "E" da inicial prescindem do aguardo do contraditório, pois são obrigações já definidas pelas normas legais e pelas normas regulamentadoras do MTE. Além do mais, são fundamentais para prevenir ou cessar eventuais danos à saúde dos trabalhadores.





O receio fundado do descumprimento das normas de segurança do trabalho pela empresa ré é manifesto, tendo em vista as provas colhidas no inquérito civil instaurado pelo autor, ainda que pouco atuais.

Nesse sentido, concedo a liminar quanto aos pedidos de letras "A", "A.1", "B", "B.1", "C", "D" e "E" da petição inicial (rol dos pedidos).

[....]

Ante ao acima exposto, fundado no art. 12 da Lei nº 7.347/85 e art. 84, §§ 3º e 4º, da Lei n. 8.078/90, defiro parcialmente o pedido liminar, para determinar que a empresa ré, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua intimação, cumpra integralmente as obrigações contidas nos pedidos de letras "A", "A.1", "B", "B.1", "C", "D" e "E" da petição inicial (rol dos pedidos).

Especificamente em relação ao pedido de letra "A", no que tange aos motoristas e cobradores, a avaliação quantitativa dos níveis de ruído (riscos físicos), realizada com dosímetro de ruído e calibrador de dosímetro com certificados de calibração válidos, deverá obedecer o disposto no item 6 do anexo 1 da NR-15 da Portaria 3.214/78 do MTE, observando-se os parâmetros técnicos descritos no documento de fls. 85/87 dos autos do ICP, autuados como complementares, com o acompanhamento, fiscalização e escolha dos ônibus pelo Ministério Público do Trabalho.

Em relação à análise quantitativa da vibração de corpo inteiro (VCI) a que estão expostos os trabalhadores dos ônibus (risco físico), deverá ser feita nos mesmos veículos escolhidos para análise dos ruídos, devendo a ré utilizar o equipamento próprio de avaliação (acelerômetro com sensor, devidamente calibrado).

O efetivo cumprimento das obrigações ora determinadas deverão ser comprovadas nos autos no mesmo prazo de 90 (noventa) dias.

Em caso de descumprimento, ainda que parcial, de cada uma das obrigações estabelecidas nos pedidos de letras "A", "A.1", "B", "B.1" e "C", a empresa ficará obrigada ao pagamento de multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais). Quanto aos pedidos de letras "D" e "E", a multa por descumprimento será de R\$1.000,00 (mil reais) por empregado não submetido à avaliação audiométrica (letra "d") ou não afastado na situação descrita na letra "e" [....]"

Sobre a defesa empresarial e documentos que a acompanham, valem ainda outras considerações.

A contestação apresentada pela ré, seguida de numerosos documentos, revela o absoluto descaso patronal, não apenas com a decisão judicial antecipatória da tutela jurisdicional, mas sobretudo com a saúde dos seus empregados.

No que tange ao PPRA (fls. 722/797), verifica-se que a empresa sequer considerou o seu quantitativo real de empregados motoristas e cobradores, relacionando um número bem inferior ao que ela própria indica na defesa (fls. 640).

Na avaliação dos riscos ambientais, utilizou-se de equipamentos de medição sem o certificado de calibração e não levou em conta toda a jornada de trabalho dos motoristas e cobradores, prejudicando, assim, os resultados obtidos.

Ressalte-se que a determinação judicial liminar quanto a esse quesito foi bem específica, sendo, assim patente o descumprimento patronal. Vejamos:

"Especificamente em relação ao pedido de letra "A", no que tange aos motoristas e cobradores, a avaliação quantitativa dos níveis de ruído (riscos físicos), realizada com dosímetro de ruído e calibrador de dosímetro com certificados de calibração válidos, deverá obedecer o disposto no item 6 do anexo 1 da NR-15 da Portaria 3.214/78 do MTE, observando-se os parâmetros técnicos descritos no documento de fls. 85/87 dos autos do ICP, autuados como complementares, com o acompanhamento, fiscalização e escolha dos ônibus pelo Ministério Público do Trabalho."

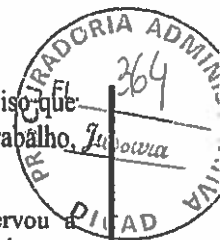
Ainda sobre o nível de ruídos, a reclamada não fez a dosimetria correta, pois a verificação foi realizada apenas em alguns empregados, e durante uma parte da jornada, mascarando, evidentemente, a conclusão quanto à insalubridade.

Na avaliação da vibração de corpo inteiro, para fins de elaboração do PPRA, cabia à empresa reclamada especificar os trabalhadores avaliados e o tempo de exposição, tendo a documentação apresentada apenas mencionado que os valores encontrados não extrapolavam os limites de tolerância.

Houve, portanto, também nesse particular, o descumprimento da ordem judicial.

No quesito calor, a empresa não apresentou a avaliação quantitativa de que trata a NR-9 do MTE.

Como dito na decisão antecipatória, "o PPRA deve identificar os agentes físicos, químicos e biológicos que, dentro do ambiente de trabalho, estejam causando, ou possam causar, danos à saúde do trabalhador, para que, a partir daí, sejam adotadas medidas visando a eliminação, redução ou neutralização desses riscos.



O documento que concretiza o PPRA não pode ser apenas uma peça de ficção dentro da empresa. É preciso que efetivamente cumpra a sua função de identificar os agentes agressivos ao meio ambiente de trabalho, estabelecendo metas e estratégias para combatê-los da forma mais eficaz" (fls. 352/361).

Em relação ao PCMSO, como bem apontou a analista pericial da PRT-10, a empresa não observou a periodicidade dos exames audiométricos, como requerido no pedido b.1 da inicial e deferido por este juízo em antecipação de tutela.

A NR-7, da Portaria n. 3.214/78, obriga os empregadores a instituir um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, que, dentre outros objetivos, visa prevenir, por meio do rastreamento e diagnóstico precoce, as doenças ocupacionais dentro da empresa, "além da constatação da existência de casos de doenças irreversíveis à saúde dos trabalhadores".

O programa deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudanças de função e demissionais, compreendendo a avaliação clínica e exames complementares, indicando sempre se o trabalhador está apto ou inapto para função (Atestado de Saúde Ocupacional – ASO).

No caso da empresa ré, os empregados que atuam como motorista, cobrador, apontador e despachantes estão flagrantemente expostos a riscos ou a situações que podem desencadear ou agravar doenças ocupacionais graves e irreversíveis, no caso, a perda auditiva induzida por níveis elevados de pressão sonora e vibrações (PAIR).

Para o caso presente, a NR-07 impõe a realização de exames audiológicos periódicos, de modo a permitir o acompanhamento da audição dos trabalhadores, fornecendo ainda subsídios para adoção de programas que "visem a prevenção da perda auditiva" e a "conservação da saúde auditiva" (NR-07, Anexo 1 do Quadro II).

A audiometria é uma das espécies de exames audiológicos de referência e sequenciais, que tem por objetivo avaliar a audição do trabalhador ao longo do tempo de exposição ao risco.

De acordo com o item 3 do Anexo I do Quadro II da NR-07, "devem ser submetidos a exames audiométricos de referência e sequenciais, no mínimo, todos os trabalhadores que exerçam ou exercerão suas atividades em ambientes cujos níveis de pressão sonora ultrapassem os limites de tolerância estabelecidos nos anexos 1 e 2 da NR-15 da Portaria 3.214 do Ministério do Trabalho, independentemente do protetor auditivo."

O mesmo item 3 estabelece os princípios e procedimentos básicos que devem ser observados para a realização do exame audiométrico.

Segundo o médico perito da PRT-10, dos exames apresentados aos autos, no total de 504 (fls. 5042/5545), verificam-se alterações com características de PAIR em 55 deles, além de outros 70 considerados normais, porém sugestivos de desencadeamento de perda auditiva induzida por ruído (fls. 7547/7548).

Isso revela que os trabalhadores da empresa estão sujeitos à perda auditiva em decorrência de ruído ocupacional, como aliás já mostravam as perícias judiciais e o relatório previdenciário mencionados na decisão antecipatória da tutela.

Quanto ao PCA (Programa de Conservação Auditiva), assiste razão ao analista pericial da PRT-10, quando aponta irregularidade em razão de não incluir "nominalmente os funcionários em que foram identificados perdas auditivas, principalmente com padrão de perda auditiva induzida por ruído". Segundo o mesmo perito, o "programa deveria realizar o gerenciamento individual dos trabalhadores com perda auditiva, desde o primeiro diagnóstico, e posteriormente com as ações previstas no PCA" (fls. 7554).

Por todo o exposto, pelos fundamentos já adotados na decisão antecipatória da tutela jurisdicional, desde já ratificada, julgo procedentes os pedidos de letras "A", "A.1", "B", "B.1", "C", "D" e "E" da petição inicial (rol dos pedidos).

Conforme razões acima apresentadas, não esta dúvida de que a empresa reclamada descumpriu todas as obrigações estabelecidas na decisão que antecipou os efeitos da tutela, de forma parcial em alguns casos e integral em outros, sendo, assim, devedora das multas previstas, contadas da data da audiência inaugural (fls. 602/603) e estendidas até que se efetive o cumprimento dos comandos judiciais.

#### PEDIDOS RELACIONADOS À FROTA DE VEÍCULOS DA EMPRESA RÉ

O autor também formula diversos pedidos visando a adequação dos ônibus da ré, voltada para a garantia de um ambiente de trabalho hígido e seguro.

Pretende o parquet que sejam implantadas nos ônibus diversas medidas para redução dos riscos ambientais a que estão expostos os motoristas e cobradores, dentre as quais menciona: instalação de silenciadores, enclausuramento do motor e redução da vibração das estruturas.

Também pugna o autor para que seja feita a análise dosimétrica de ruídos em toda a frota de ônibus com



motores dianteiros, de modo que sejam retirados de circulação aqueles que ultrapassem os limites de tolerância previstos na NR-15.

Requer, também, que seja determinado que a empresa, doravante, apenas adquira veículos novos que tenham ar-condicionado, motor na parte traseira, câmbio automático e direção hidráulica.

Além de todas as considerações ergonômicas e médicas trazidas na inicial, também apresenta o autor justificativa para o deferimento de medida liminar em relação à adequação da frota de ônibus, a concorrência pública aberta para a concessão do serviço de transporte público urbano de passageiros.

Pois bem.

A Constituição Federal de 1988 elegeu a dignidade humana como fundamento da República Federativa, estabelecendo, no capítulo que trata dos direitos fundamentais, a inviolabilidade do direito à vida com dignidade.

Não há como se falar do direito à vida sem emparelhá-lo ao direito fundamental à saúde, ambos elevados ao patamar maior de garantia constitucional.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, em seu primeiro item, estabeleceu:

"1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, serviços sociais indispensáveis....."

A saúde, portanto, é condição básica para a satisfação de todos os demais direitos fundamentais, inclusive o direito à vida.

Durante muito tempo a saúde foi entendida apenas como ausência de doença. Com a criação da Organização Mundial da Saúde, esse conceito adquiriu positividade, sendo assim definida:

"A saúde é um estado de completo bem estar físico, mental, e não consiste apenas na ausência de doença ou enfermidade" (Carta de Constituição da OMS)

O Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (1966), em seu art. 12, assim enunciou: "Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa de desfrutar o mais elevado nível de saúde física e mental".

A Carta Constitucional, adotando a tônica dos documentos internacionais, elevou o direito à saúde ao patamar de direito fundamental:

"Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

A promoção da saúde está vinculada à lógica de promoção do bem estar, que se obtém sobretudo pelo respeito à integridade física e psíquica do homem, assegurando-lhe condições materiais e ambientais para que possa viver e produzir em condições otimizadas.

A dignidade da pessoa humana, que é o grande pilar da Carta Magna de 1988, e fundamento maior dos Direitos Humanos, está alcançada por uma linha de direitos constitucionais fundamentais correlacionados, que formam a grande trincheira de proteção do homem contra os desatinos da exploração capitalista, da força do capital, da selvageria antropofágica do homem pelo homem: o direito à vida digna, que depende do direito à saúde, que depende do respeito à integridade física e psíquica do ser humano e que depende do direito fundamental a um meio ambiente equilibrado.

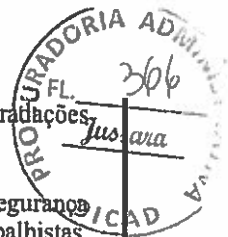
O direito fundamental ao meio ambiente equilibrado é caracterizado principalmente pela luta do homem contra o poder que degrada a vida na terra.

O art. 225 da Constituição Federal tutela o meio ambiente em seus múltiplos aspectos (natural, artificial, cultural e do trabalho), assegurando a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Portanto, o meio ambiente do trabalho está inserido na proteção constitucional e se estende a todo o cidadão trabalhador (formal ou informal, remunerado ou não, autônomo ou subordinado, servidor público ou empregado).

Desse modo, quando se faz referência ao meio ambiente do trabalho equilibrado, o escopo normativo é o de assegurar um ambiente laboral adequado e seguro, com qualidade de vida sadia. E não se trata aqui de um direito trabalhista comum, decorrente do contrato de trabalho, mas de um verdadeiro prolongamento do direito à vida.

A preocupação com a saúde e a segurança no trabalho passou a existir sobretudo a partir da revolução



industrial, que criou um modelo econômico de exploração do trabalho desencadeador de degradações ambientais e humanas sem precedentes.

O Direito do Trabalho nasceu exatamente dessa necessidade de se promover a tutela da saúde e da segurança dos trabalhadores, que vinham sendo dizimados pela ausência do Estado nas relações contatuais trabalhistas, como cantava em verso e prosa o liberalismo clássico.

Por força das reivindicações dos trabalhadores, surgiu em 1919, por meio do Tratado de Versailles, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), que passou a desenvolver um papel importante na criação de normas internacionais de proteção do trabalho, sobretudo no que tange à saúde e a segurança dos trabalhadores.

As três principais convenções da OIT tratando do assunto são as convenções 148, 155 e 161, todas ratificadas pelo Brasil e, portanto, incorporadas ao nosso ordenamento jurídico interno, com eficácia jurídica supralegal.

A Convenção 148 destaca-se por determinar que o risco à saúde dos trabalhadores, por conta de contaminação do ar, ruído e vibrações, deve ser eliminado, e, apenas quando há impossibilidade técnica, ser neutralizado ao máximo possível (art. 9).

A Convenção 155, que estabelece normas e princípios de segurança e de saúde dos trabalhadores no meio ambiente do trabalho, preconiza, em seu aspecto mais importante, que o meio ambiente do trabalho deve ser adaptado às capacidades físicas e mentais dos trabalhadores.

Por fim, a Convenção 161, que trata dos serviços de saúde nos locais de trabalho.

Como se vê, a ordem jurídica internacional adota uma linha protetiva bem definida em favor da saúde do trabalhador, constituindo obrigações inarredáveis para os países signatários comprometidos com os direitos humanos.

No âmbito interno, a nossa Constituição também construiu um suporte bem amplo de proteção ao meio ambiente do trabalho, que, infelizmente, ainda precisa ser tornado concreto.

Como já repisado, o primeiro direito assegurado pela Constituição Federal, e que é o substrato de todo o direito ambiental, é o direito à vida (art. 5º), que não se esgota apenas no viver, mas sim no direito de viver com qualidade (art. 225). E para se ter vida com qualidade é preciso que se tenha trabalho seguro e saudável.

Preservar a saúde física e psíquica do ser humano é dar efetividade ao princípio da dignidade da pessoa humana estabelecido no art. 1º da CF.

A dignidade humana e os valores sociais do trabalho são fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º), e, nessa esteira, é que vários direitos foram disciplinados pela Carta Magna, oferecendo suporte para uma proteção efetiva da saúde e da segurança no trabalho, como no caso do inciso XXII do art. 7º, que estabelece também como um direito social a redução dos riscos laborais.

Mesmo no capítulo que trata da ordem econômica, e que afirma a prevalência da livre iniciativa, a Constituição impõe como fundamento a valorização do trabalho humano, tendo por fim assegurar a todos uma existência digna.

Esse art. 170 do texto Constitucional, muitas vezes esquecido pelos operadores do Direito do Trabalho, traz consigo um princípio fundamental que deve servir de norte para aplicação das normas trabalhistas: o homem trabalhador está acima dos interesses do capital.

Transportando essa lógica constitucional para as questões ligadas ao meio ambiente do trabalho, não pode ser outra a conclusão se não a de que o ambiente do trabalho deve ser adequado e seguro o suficiente para garantir a integridade física e psíquica do trabalhador.

Em palavras mais diretas: o Estado não pode permitir o desenvolvimento de qualquer atividade econômica em ambiente danoso à saúde do trabalhador, porque a livre iniciativa não tem por fim os interesses acumulativos do capital, mas sim o de garantir a todos uma existência digna, fundada na valorização do trabalho humano.

O art. 7º, inciso XXII, da CF estabelece como direito social a "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança".

E qual é a dimensão desse direito? O trabalhador tem direito a não correr riscos no trabalho, sejam físicos, químicos, biológicos, fisiológicos ou psíquicos, ou seja, tem direito à eliminação de qualquer agente agressor dentro do seu ambiente de trabalho.

Desse modo, a leitura do comando constitucional deve ser feita em consonância com o art. 4º da Convenção 155 da OIT, que prevê a obrigação do empregador de eliminar o risco e, em não sendo tecnicamente possível, neutralizá-lo ao máximo, até níveis aceitáveis ou toleráveis pela saúde humana.



E a concretização desse direito deve ser buscado por meio da prevenção, que importa na adoção de medidas de combate aos agentes agressores para evitar danos à saúde do trabalhador.

Assim, seguindo a orientação constitucional e os documentos internacionais, a prevenção dos riscos ambientais deve buscar primeiro a eliminação do risco; em não sendo possível, a eliminação ou redução da exposição do trabalhador ao risco; e, apenas como medida última, a proteção do trabalhador por meio de EPI's (art. 166 da CLT).

Em suma, a obrigação do empregador é eliminar os riscos à saúde e à segurança no trabalho; a reparação pecuniária deve ocorrer somente nas hipóteses de absoluta impossibilidade técnica de eliminação dos riscos, pois o direito à saúde é inalienável e a norma constitucional determina que a prevenção deve ser priorizada em relação à compensação.

O direito maior e fundamental é o da prevenção, sendo urgente uma mudança na cultura reparatória de lesão que ainda permeia o nosso direito (adicional de insalubridade, de periculosidade, horas extras, indenização decorrente de acidente de trabalho).

O princípio da prevenção constitui o fundamento maior do direito ambiental, e autoriza o magistrado a determinar medidas inibitórias diante da mera probabilidade de dano ambiental com prejuízos à saúde do trabalhador (a saúde é mais importante do que a atividade econômica, pois o dano à saúde é sempre irreversível).

A situação dos trabalhadores do setor de transportes no Distrito Federal, fartamente evidenciada pela prova documental produzida pelo autor, sobretudo por meio de laudos periciais e relatórios médicos, revela o quadro de abandono por que passa essa classe "que vive do trabalho", mormente no que tange à questão da saúde.

O elevado nível de ruído e de vibração emitidos pelos ônibus utilizados no transporte público está mutilando os trabalhadores do setor. As informações prestadas pelo órgão previdenciário sobre os benefícios concedidos aos empregados (fls. 505/579) mostram claramente que há problemas graves no ambiente de trabalho dos motoristas, cobradores, apontadores e despachantes, cujos ofícios são exercidos em contato direto com a poluição sonora, com a vibração e com o calor dentro dos ônibus, sem falar nos aspectos ergonômicos inadequados.

Os pedidos de letras "F", "G", "H" e "I" contidos no rol descrito na inicial se apresentam como medidas necessárias para eliminar, ou pelo menos reduzir, os riscos físicos a que estão sujeitos os trabalhadores que atuam nos ônibus da empresa.

Os diversos laudos periciais trazidos aos autos indicam que o ruído, adicionado à vibração, constituem dois componentes determinantes para a perda auditiva do trabalhador. A sua permanência ou intermitência no ambiente laboral trazem sequelas irreversíveis, sendo por isso classificados como condições insalubres de trabalho.

Pelo quadro desenhado nos diversos pareceres periciais elaborados pelo Ministério Público do Trabalho, resta mais do que evidente a necessidade de uma ação concreta do Estado para por fim a essa verdadeira máquina de mutilação de trabalhador que representam os ônibus que trafegam nas vias do Distrito Federal.

É fato público e notório que a presença dos motores dianteiros e o desgaste da carroceria dos veículos impulsionado pelo uso contínuo são os fatores que trazem o desconforto do ruído e da vibração excessiva.

A propósito, são inúmeros os laudos periciais trazidos com a inicial revelando a presença dessas circunstâncias insalubres nos ônibus da reclamada.

O judiciário trabalhista já convive com essa realidade há muito tempo, por meio das diversas ações propostas contra empresas de transporte, onde tecnicamente fica demonstrado que os ruídos e as vibrações oriundos dos motores dianteiros e das carcaças desgastadas são agentes de insalubridade laboral.

A presente ação resgata uma dívida com a classe trabalhadora do setor de transporte, há anos vítima do descaso do empresariado que, obnubilado pela ambição desmedida do lucro, faz letra morta de todo o arcabouço constitucional de proteção à saúde.

O Direito do Trabalho deve ser entendido dentro da ótica de proteção ao ser humano trabalhador, que é a própria razão da sua existência como ramo autônomo do direito.

Daí o apego que se impõe, na tarefa de aplicação do Direito Laboral, aos valores sociais do trabalho e aos princípios que preservam o homem em sua dimensão de dignidade.

Nesse sentido, Valdete Souto Severo, em sua obra "O Dever de Motivação da Despedida na Ordem Jurídico-constitucional Brasileira", preleciona:

"O fato de o Direito do Trabalho figurar dentre os fundamentos do Estado é, necessariamente, o reconhecimento de que ele se afirma como expressão de garantia da dignidade humana, que não



se resume à sobrevivência física, mas abarca, também, a realização pessoal e profissional." (1ª ed., 2011, pag. 171)



Como já dito, não se pode perder de vista, na leitura interpretativa dos comandos legais, que a Constituição Federal elegeu a centralidade da pessoa como objeto do Estado Democrático de Direito, para quem convergem todos os direitos fundamentais, resumidos no princípio maior da dignidade humana.

Assim é que, em seu art. 170, a nossa Carta Constitucional estabeleceu que a ordem econômica deve garantir a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando, dentre outros princípios, o da "função social da propriedade" (inciso IV).

O princípio da função social da propriedade, no qual se insere a função social da empresa, está vinculado à ideia de responsabilidade social, que não se confunde com a realização de "políticas de caridade", mas envolve um feixe de obrigações que devem ser assumidas perante a sociedade para a concretização dos valores constitucionais de solidariedade, de justiça social e de proteção da dignidade humana, em que se inclui o direito ao trabalho em condições dignas.

O magistrado do trabalho Jorge Luiz Souto Maior, em sua obra "Curso de Direito do Trabalho – A relação de Emprego (vol. II)", oferece uma visão bem interessante da questão que envolve a responsabilidade social das empresas prevista nem nossa Carta Constitucional:

"[...]

Mas, a responsabilidade social, por evidente, não é apenas um valor econômico é, igualmente, um valor jurídico, que implica atribuir aos grandes capitais a obrigação de devolver à sociedade, em benefícios de natureza social, parte dos lucros que o próprio modelo de sociedade lhe proporciona". (pag. 177)

Portanto, assegurar aos seus trabalhadores um ambiente de trabalho hígido e seguro, adotando todas as medidas necessárias à preservação da saúde, é obrigação que se impõe a todas as empresas, como cumprimento de sua função social enquanto instituição comprometida constitucionalmente com os valores sociais do trabalho e da preservação da dignidade humana.

Por todo o exposto, defere-se o pedido de letra "F" quanto às medidas de controles de engenharia mencionadas, quais sejam, instalação de silenciadores, o enclausuramento do motor e redução da vibração das estruturas.

As medidas administrativas contidas no pedido de letra "F" não se mostram factíveis e nem se revelam necessárias após a adoção das medidas de engenharia.

Deferem-se, ainda, por todos os fundamentos já expostos, os pedidos de letras "G", "G.1", "H" e "I" contidos na inicial.

Em caso de descumprimento, ainda que parcial, das obrigações acima estabelecidas, a empresa ficará obrigada ao pagamento das multas seguintes:

\* descumprimento do pedido de letra "F", deferido parcialmente, multa diária de R\$1.000,00 (mil reais) por ônibus encontrado em situação irregular, ou seja, sem a implantação as medidas de engenharia referidas na inicial;

\* descumprimento do pedido de letra "G" e "G.1", deferido integralmente, multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais) ;

\* descumprimento do pedido de letra "H e "I", deferidos integralmente, multa diária de R\$1.000,00 (mil reais) por trabalhador encontrado em situação irregular.

Com relação aos novos veículos a serem adquiridos pela empresa para renovar ou recompor a sua frota, a pretensão ministerial está em consonância com os ditames constitucionais de proteção à saúde do trabalhador, pois procura estabelecer condições de trabalho salubres, de modo a possibilitar que os empregados possam trabalhar sem o desconforto físico do calor, do ruído, da vibração, além de atacar os aspectos ergonômicos que são causas de fadiga e de estresse emocional.

Os ônibus precisam observar as normas técnicas da ABNT no que tange às poltronas dos motoristas e cobradores, inclusive quanto às distâncias entre o assento e o volante e à altura dos bancos.

O câmbio automático e a direção hidráulica nos veículos não são apenas medidas de conforto, mas verdadeiras necessidades, pois evitam que o motorista execute milhares de movimentos repetidos no curso de sua jornada de trabalho, eliminando, com isso, os problemas físicos e emocionais deles decorrentes.

Por fim, não se pode perder de vista que o ruído proveniente dos ônibus é agravado pelo barulho exterior natural do trânsito, que pode ser reduzido com o isolamento do interior do ônibus, por meio da instalação de ar-condicionados.



Além de reduzir o ruído, o ar refrigerado ainda elimina um outro agente nocivo à saúde, que é o calor, oferecendo ao trabalhador mais conforto e, conseqüentemente, mais saúde para executar essa já desgastante atividade.

A pretensão do autor está amparada no princípio da prevenção, que é o mais importante dentro do Direito Ambiental, insculpido em todos os documentos internacionais que tratam do meio ambiente (inclusive a Carta do Rio de Janeiro – ECO-92).

Consagrado em nossa Carta Constitucional por meio do art. 225, o princípio da prevenção impõe ao poder Público e à coletividade o dever de defender e de preservar o meio ambiente.

No âmbito do Direito do Trabalho, a norma constitucional trata especificamente da obrigação do Estado em reduzir os riscos inerentes ao trabalho (inciso XXII do art. 7º).

Também a CLT adota o princípio da prevenção em seu art. 157, estabelecendo como obrigação do empregador o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho.

Como se não bastasse todo o arcabouço constitucional e internacional protetivo da saúde do trabalhador, já esmiuçado na presente decisão, não é demais citar, ainda como amparo jurídico às medidas pretendidas pelo autor, o contido no art. 16 da Convenção 155 da OIT, ratificada pelo Brasil, que dispõe sobre a obrigação dos empregadores em garantir que os locais de trabalho e os maquinários sejam seguros e que não tragam prejuízos à saúde dos seus trabalhadores:

"Art. 16. 1. Deverá ser exigido dos empregadores que, na medida que for razoável e possível, garantam que os locais de trabalho, o maquinário, os equipamentos e as operações e processos que estiverem sob seu controle são seguros e não envolvem risco algum para a segurança e a saúde dos trabalhadores."

Por todos os fundamentos expostos, deve ser julgado procedente o pedido de letra "L", com as especificações nos itens "L.1", "L.2" e "L.3", contidos no rol da inicial.

Em caso de descumprimento, fixa-se uma multa no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) por ônibus adquirido, doravante, sem observar as especificações ora definidas" (às fls. 7.999/8.027, grifo nosso).

E ainda, insta transcrever a decisão de embargos declaratórios à fl. 8.117, porquanto aclaradora, in verbis:

"A embargante alega que a sentença não indicou quais as obrigações determinadas em sede de antecipação de tutela que foram descumpridas pela empresa.

Sem razão.

Basta uma leitura da sentença, mais precisamente no tópico intitulado "PEDIDOS DE LETRAS "A", "B", "C", "D" E "E" DA INICIAL, para se verificar que os pontos descumpridos pela embargante, total ou parcialmente, foram exaustivamente analisados e apontados.

Não vislumbro omissão no particular.

Questiona, ainda, a embargante a limitação das cominações impostas na decisão, aduzindo que a empresa encerrou as suas atividades em 06/12/2013.

Nesse aspecto, a questão exige esclarecimentos.

As multas aplicadas em sede de antecipação de tutela evidentemente que não poderão ultrapassar o limite temporal do encerramento das atividades empresariais da embargante no Distrito Federal, visto que não se revelaria plausível exigir o cumprimento das obrigações determinadas na referida decisão após esse período.

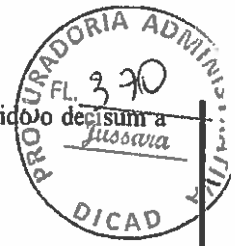
Quanto às condenações alusivas à frota de veículos, a sua exigibilidade está também limitada ao período de atividades da empresa.

Ante ao exposto, os embargos merecem ser parcialmente acolhidos apenas para prestar os esclarecimentos acima" (grifo nosso).

O direito a um adequado meio ambiente laboral, seguro e saudável, íntegro, como bem assevera o d. julgador vestibular, "o conjunto dos direitos fundamentais dos trabalhadores, constituindo-se, assim, dever dos empregadores velar pelo cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, consoante preconiza o art. 157, I, da CLT".

De fato, "a defesa e a documentação acostada pela empresa não tiveram o condão de rever e alterar os fundamentos fáticos e jurídicos já deduzidos na decisão antecipatória da tutela jurisdicional proferida por este juízo, que analisou acuradamente os pedidos de letras "A", "B", "C", "D" e "E" da exordial".

Não logrando a primeira ré em demonstrar a correção de suas assertivas, com provas contundentes de seu proceder em conformidade com os normativos de segurança e saúde do trabalhador, e, pelo contrário, como o



quadro emoldurado nos presentes autos é o de violação dessas mesmas normas, deve ser mantido o decidido por seus próprios e judiciosos fundamentos, no tema.

Nego provimento.

## RECURSOS ORDINÁRIOS DO MPT, DA VIPLAN E DO GDF

### DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

Pretendem as rés a redução do quantum fixado a título de indenização por dano moral.

Por outro lado, busca o Ministério Público a majoração do referido valor.

Por certo que se deve manter um juízo de razoabilidade, entretanto, o valor irrisório ou pouco significativo diante da realidade econômica do ofensor, com certeza, exclui o caráter sancionador da indenização.

A Constituição Federal assegura em seu artigo 5º, incisos V e X, o direito à reparação do dano moral, assim como as normas de natureza infraconstitucional, consubstanciadas nos arts. 186 e 927 do Código Civil, as quais, seguindo a garantia constitucional, também instituem a obrigação de reparação de danos por atos ilícitos, reparações estas que se fazem pela via indenizatória.

Não se olvida que a questão da fixação do quantum indenizatório é de difícil mensuração, não tendo o legislador fixado critérios específicos a respeito, ficando a critério do julgador definir os valores, atuação que se reveste de inescusável caráter subjetivo.

Neste mister, sem olvidar que a indenização não visa recompor sentimentos, insuscetíveis, por sua natureza, deste resultado, nem se presta a compensar lesão a bens ofendidos, a doutrina e a jurisprudência vem apontando parâmetros que auxiliam a mensuração, tais como a observação dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, as condições sociais, econômicas e profissionais do ofendido e do causador do dano, o grau de culpa ou a intensidade do elemento volitivo, assim como a reincidência.

De igual modo, a mensuração deve ter como preocupação não só o caráter punitivo da indenização, mas, sobretudo o seu propósito educativo, visando evitar a reincidência da prática delituosa.

Compete ao juiz usar o prudente arbítrio para o estabelecimento do valor devido, levando em conta as peculiaridades do caso, bem como as condições socioeconômicas das partes.

Nesse sentido, sopesando todas as circunstâncias fáticas do evento e particularidades das partes, em especial o estado de Recuperação Judicial da primeira ré, bem como existência de condenação específica em pagamento de multas aplicadas por descumprimentos de obrigações em valores não irrelevantes, tenho por bem reduzir a indenização por danos morais ao importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), importe a ser revertido em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Dou parcial provimento ao apelo das rés no tópico.

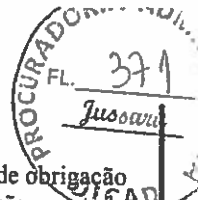
Nego provimento ao recurso do MP.

## RECURSO ORDINÁRIO DA VIPLAN

### OBRIGAÇÃO DE FAZER. VALORES DE MULTAS

A recorrente se insurge quanto ao pagamento de multas por descumprimento de obrigação de fazer, entendendo que "as multas por eventual descumprimento deverão ser arbitradas em valor mais equânime", bem como que o "juízo sentenciante não indicou de forma específica e concreta quais determinações contidas na antecipação de tutela foram descumpridas" e que "a decisão é desfundamentada no particular e dificulta o direito de defesa desta Recorrente", tudo às fls. 8.144/8.145.

As multas referem-se especificamente aos pedidos consignados nas letras de 'A' a 'E' que tratam, resumidamente, de: a) elaboração e implementação de Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00; b) elaboração e implementação de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, observadas as diretrizes do item 7.2 da NR-07 e NR-09, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00; c) elaboração e implementação de Programa de Conservação Auditiva – PCA, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00; d) monitoração audiométrica de todos os trabalhadores expostos ao risco físico ruído, "avaliando a série histórica dos audiogramas (admissionais, periódicos, de troca de função e demissionais)"(fl.78), sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 por empregado não submetido às avaliações audiométricas; e) emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, "para todos os empregados que trabalhem expostos a fontes geradoras de ruído e que apresentem padrão audiométrico sugestivo de perda auditiva induzida por ruído ou sugestivo de desencadeamento de perda auditiva induzida por ruído, sob pena de multa de R\$ 1.000,00(mil reais) por empregado em situação irregular"(à fl.78).



Pois bem.

Ao perflustrar a questão, o Juiz sentenciante decidiu pela aplicação das multas por descumprimento de obrigação de fazer relativamente aos pedidos de letras 'A' e 'E' da inicial, porquanto "a defesa e a documentação acostada pela empresa não tiveram condão de rever e alterar os fundamentos fáticos e jurídicos já deduzidos na decisão antecipatória da tutela jurisdicional proferida...que analisou acuradamente os pedidos de letras "A", "B", "C", "D" e "E" da exordial"(fl. 7.999) e, por serem tais "obrigações já definidas pelas normas legais e pelas normas regulamentadoras do MTE" e "fundamentais para prevenir ou cessar eventuais danos à saúde dos trabalhadores" (fl. 8.008). Deixou transparente também, em sede de embargos declaratórios, que "uma leitura da sentença, mais precisamente no tópico intitulado "PEDIDOS DE LETRAS "A", "B", "C", "D" "E" DA INICIAL, para se verificar que os pontos descumpridos pela embargante, total ou parcialmente, foram exaustivamente analisados e apontados"(fl. 8.117).

Insta observar que a leitura atenta dos autos emoldura a realidade de que o d. Juízo de primeira instância mostrou-se desvelado na análise das provas acostadas em conjuninância com as argumentações aventadas pelas partes, tanto na peça inicial quanto na peça de defesa, realidade que contraria a tese de que "a decisão é desfundamentada no particular e dificulta o direito de defesa desta Recorrente", inexistente a desfundamentação alegada.

Então vejamos.

Deveras, a imposição da multa não pode ter o condão de acarretar enriquecimento sem causa. Não pode ser exagerada ou abusiva, sob pena de desvirtuamento do instituto. Apenas deve ser suficiente a desestimular o autor do dano a provocar violação ao direito de outrem. Nessa senda, o quantum deve ser suficiente para impingir ao devedor o cumprimento da obrigação específica. A jurisprudência pátria tem se norteado majoritariamente nesse sentido.

No caso em apreço, cuidando-se de ação civil pública em que se busca a defesa dos interesses e direitos coletivos, a causa possui valor inestimável, de difícil aferição, por não ter como precisar o proveito econômico que surgirá com eventual procedimento da demanda interposta.

Nesse compasso, relevando-se a natureza da condenação, como também o carácter de que se reveste o impulsionamento jurisdicional desafiado (ação civil pública), tomando-se como parâmetros a antijuridicidade da conduta no âmbito das relações de trabalho, o porte empresarial e a natureza da condenação (obrigação de fazer), bem como serem as obrigações já há muito "definidas pelas normas legais e pelas normas regulamentadoras do MTE", entendo razoável o valor estipulado a cada uma delas, servindo como desestímulo à parte para não deixar de cumprir preceitos "fundamentais para prevenir ou cessar eventuais danos à saúde dos trabalhadores".

Mantida a r. sentença, nego provimento.

#### PREQUESTIONAMENTO

Por fim, para efeito de prequestionamento, registro que os fundamentos que sustentam a conclusão alcançada na presente decisão colegiada afastam as teses apresentadas. Desse modo, tenho por prequestionadas todas as teses e todos os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais apresentados, e eventualmente não citados na presente decisão, o que encerra a prestação jurisdicional desta egr. Turma.

#### CONCLUSÃO

Pelo exposto, rejeito prefacial de não conhecimento por desfundamentação aventada em contrarrazões da VIPLAN, conheço dos recursos ordinários, rejeito as preliminares arguidas, e, no mérito, dou parcial provimento aos recursos da VIPLAN e do GDF para reduzir a indenização por danos morais ao importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e nego provimento ao recurso do MPT, nos termos da fundamentação.

É o meu voto.

#### Acórdão

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, rejeitar prefacial de não conhecimento por desfundamentação aventada em contrarrazões da VIPLAN, conhecer dos recursos ordinários, rejeitar as preliminares arguidas, e, no mérito, dar parcial provimento aos recursos da VIPLAN e do GDF para reduzir a indenização por danos morais ao importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e negar provimento ao recurso do MPT, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

**Certidão(ões)**

Órgão  
Julgador: 3ª Turma

34ª Sessão Ordinária do dia 08/10/2014

Presidente: Desembargadora MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO

Relator: Juiz MAURO SANTOS DE OLIVEIRA GOES

**Composição:**

|   |                  |
|---|------------------|
| Juiz DENILSON BANDEIRA COELHO               | Presente NORMAL  |
| Desembargador JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE     | Presente NORMAL  |
| Desembargador RICARDO ALENCAR MACHADO       | Ausente SUSPEITO |
| Desembargadora CILENE FERREIRA AMARO SANTOS | Ausente FERIAS   |

por unanimidade aprovar o relatório, rejeitar prefacial de não conhecimento por desfundamentação aventada em contrarrazões da VIPLAN, conhecer dos recursos ordinários, rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, dar parcial provimento aos recursos da VIPLAN e do GDF para reduzir a indenização por danos morais ao importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e negar provimento ao recurso do MPT. Tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Vencido o Juiz Denilson Bandeira Coelho no tocante ao valor da indenização por dano moral coletivo. Declarou-se suspeito para participar deste julgamento o Des. Ricardo Alencar Machado. Ementa aprovada.



02/11/14

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEEMBARGADORES DA EGRÉGIA  
TERCEIRA TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª  
REGIÃO.



REF.: PROCESSO N.º 01614-2012-003-10-0-5

EMBARGANTE: DISTRITO FEDERAL

EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O **DISTRITO FEDERAL**, já qualificado nos autos em epígrafe, por intermédio do seu Procurador subscritor da presente, vem respeitosamente à presença de V. Exa., ante os termos da sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos formulados pelo autor, vem apresentar os presentes

## EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

com base no artigo 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o inciso III do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 779/69, com o artigo 535 do Código de Processo Civil e com a Súmula 297 do TST, fazendo-o de acordo com os fundamentos que passa a aduzir.



## I. DA TEMPESTIVIDADE

O acórdão foi disponibilizado no DJE do dia 17 de outubro de 2014, sexta-feira, o que permitirá a fluência do prazo recursal a partir de 21 de outubro, terça-feira, nos termos dos §§3º e 4º do artigo 4º da Lei n.º 11.419/2006.

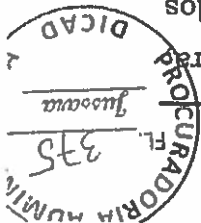
Assim, computando-se o prazo em dobro para recorrer do qual dispõe a Fazenda Pública, é de se concluir que se afigura plenamente tempestivo o presente recurso protocolizado nesta data, já que o termo *ad quem* recairá no dia 30 de outubro de 2014.

## II. DAS RAZÕES RECURSAIS

Antes de iniciar as razões recursais, cumpre ao Distrito Federal fazer **elogio** ao bem redigido acórdão ora proferido por esta Eminente 3ª Turma. Percebe-se que os Desembargadores, sobretudo o Eminente Relator, realmente se debruçaram sobre o tema. Ainda que o Distrito Federal tenha sido vencido, é de se fazer tal reconhecimento.

O nível de julgamento foi tão elevado que o Eminente Relator já examinou o pleito do Distrito Federal no sentido de, a título de prequestionamento, expressamente se manifestar sobre a matéria legal e constitucional violada. Assim consta do acórdão:

*"Por fim, para efeito de prequestionamento, registro que os fundamentos que sustentam a conclusão alcançada na presente decisão colegiada afastam as teses apresentadas. Desse modo, tenho por prequestionadas todas as teses e todos os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais apresentados e eventualmente não citados na presente decisão, o que encerra a prestação jurisdicional desta Egrégia Turma."*



Todavia, por cautela, em que pese o excerto supra considerado a relevância da causa, o Distrito Federal lança mão dos presentes aclaratórios prequestionadores a fim de deixar evidente quais são os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais tido por violados.

Assim, o objetivo do manejo destes embargos declaratórios é o prequestionamento da matéria legal (constitucional e infraconstitucional) que, em que pese alegada em sede de recurso ordinário pelo Distrito Federal, não foi objeto de debate por esta Egrégia Turma.

Tal medida encontra respaldo na Súmula 297 do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, segundo a qual:

**"PREGUESTIONAMENTO. OPORTUNIDADE. CONFIGURAÇÃO (nova redação) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003**

**I. Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito.**

**II. Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão.**

**III. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração."**

Como se vê, os embargos declaratórios são o instrumento hábil para provocar o Tribunal no sentido de prequestionar a matéria legal e constitucional que almeja o recorrente ver discutida pela Corte Trabalhista.

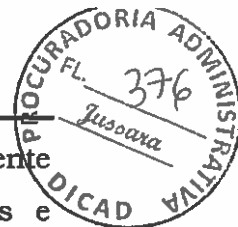
## II.1 - Das omissões do acórdão quanto às preliminares

Quando da interposição do recurso ordinário, o





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Distrito Federal suscitou inúmeras preliminares. Elas foram genericamente repelidas por esta Egrégia Corte, mas os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais não foram objeto de menção expressa, o que, por cautela, justifica o manejo destes declaratórios

Com efeito, o Distrito Federal alegou que era parte ilegítima em decorrência do fato de ser **atribuição exclusiva da União**, por meio dos auditores-fiscais do trabalho, fiscalizar o meio ambiente do trabalho.

Para embasar a sua tese, foi transcrito o **artigo 626 da CLT** que dispõe sobre o tema, bem como consignou-se a imperatividade do **inciso I do artigo 11 da Lei n.º 10.593/02**. Em ambos os dispositivos está evidente que é atribuição exclusiva da União, por meio do auditor-fiscal do trabalho, ***“o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego”***.

Ocorre que, com o devido respeito, esta Egrégia Turma **não enfrentou o tema em momento algum no acórdão**, limitando-se a rejeitar a alegação, mas **sem apresentar qualquer argumentação jurídica** quanto ao ponto.

Em outro dizer, não foi feito qualquer juízo hermenêutico em relação aos dispositivos em comento, simplesmente foi negada a vigência a eles sem qualquer pronunciamento nesse sentido.

Além disso, foi alegada a **ilegitimidade passiva** do Distrito Federal também em decorrência do fato de ser o **DFTRANS**, nos termos da **Lei Distrital n.º 241/92**, o ente autônomo responsável por gerir, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços de transporte coletivo.

Também quanto a este aspecto não há menção, no acórdão, que tenha por objeto a análise do Diploma Normativo em comento. Isto é, mencionada não foi objeto de debate por esta Egrégia Turma Julgadora.

Além disso, o Distrito Federal alegou também que não poderia ser responsabilizado em face do que dispõem o **§1º do artigo 71 da Lei n. 8.666/93** e **artigos 25 e 31, parágrafo único, ambos da Lei n.º**



8.987/95.

Também quanto a estes pontos não houve qualquer pronunciamento por este Egrégio Tribunal.

Nessa perspectiva, pugna o Distrito Federal para que os pontos omissos supra sejam objeto de debate **de forma expressa** por este Eminentíssimo Juízo.

## **II.2 - Omissão do acórdão quanto às questões de mérito**

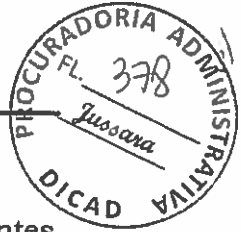
Quanto ao mérito da demanda, houve **omissão do acórdão também no que se refere à Teoria da Responsabilidade Civil do Estado** aplicável ao caso.

Na peça de contestação e no recurso ordinário, alegou-se que, ante as afirmações constantes na petição inicial, seria o caso de aplicar-se a Teoria da Responsabilidade Subjetiva do Estado, mas nada foi dito no acórdão quanto ao ponto, restando, assim, omissa nesse mister.

Também em relação à **aplicação da Teoria a sentença foi silente**. Sanar tal omissão é de suma importância a fim de ser identificado se está presente o elemento subjetivo em eventual conduta do Distrito Federal.

## **II.3 - Dispositivos objeto de prequestionamento**

Em resumo, por meio destes embargos, o Distrito Federal requer que esta Egrégia Turma se manifeste expressamente sobre os seguintes dispositivos: **art. 93, XI, da Constituição da República; art. 5º, XXXV, da Constituição da República; art. 11, I, da Lei nº 10.593/02; artigo 626 da CLT; artigo 71, §1º da Lei nº 8.666/93; artigo 114 da Constituição da República; art. 37, §6º, CRFB.**



### III. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, o provimento dos presentes embargos de declaração é medida que se impõe a fim de que sejam sanados todos os vícios apontados acima, ainda que seja necessário atribuir efeitos infringentes à decisão, para o que requer seja previamente intimado o Ministério Público do Trabalho.

Nestes termos, pede deferimento.

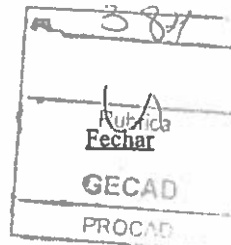
Brasília/DF, 18 de outubro de 2014.

  
EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL

OAB/DF 29190

Imprimir



**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Regional do Trabalho - 10ª Região**

Acórdão do(a) Exmo(a) Desembargador(a) Federal do Trabalho **MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO**

Processo: 01614-2012-003-10-00-5-RO

**Ementa**

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO/CONTRADIÇÃO. Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso. Não tendo a embargante logrado demonstrar nenhum dos vícios enumerados acima, impertinente o ataque ao conteúdo do julgado, uma vez que a prestação jurisdicional se deu de forma clara, coerente e satisfatória, dentro da previsão legal. Embargos conhecidos e desprovidos.

**Relatório**

DISTRITO FEDERAL(1ª embargante) e VIPLAN VIOÇÃO PLANALTO LIMITADA empresa em recuperação judicial(2ª embargante) opuseram embargos de declaração, às fls. 8286/8291 e 8293/8297 respectivos, alegando a existência de omissão/contradição no acórdão às fls. 656/678.

Requerem o efeito modificativo do julgado, bem como o prequestionamento da matéria aventada.

É, em síntese, o relatório.

**Voto**

**ADMISSIBILIDADE**

Tempestivos e regularmente subscritos, conheço dos embargos declaratórios.

**MÉRITO**

O acórdão embargado rejeitou prefacial de não conhecimento por desfundamentação aventada em contrarrazões da VIPLAN, conheceu dos recursos ordinários, rejeitou as preliminares arguidas, e, no mérito, deu parcial provimento aos recursos da VIPLAN e do GDF para reduzir a indenização por danos morais ao importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e negou provimento ao recurso do MPT, nos termos da fundamentação.

Pretende o primeiro embargante seja sanada omissão que vislumbra haver no acórdão embargado quanto a, no tocante as preliminares, a ilegitimidade passiva tangente atribuições exclusivas da união, e no mérito, quanto a teoria da responsabilidade civil do estado.

A segunda embargante, pretende que seja sanado omissão quanto às causas impeditivas da obrigação de fazer, das violações legais e constitucionais elencadas e fatores da perda da audiência.

Sem razão.

De plano, o que se vislumbra das argumentações trazidas pelo embargante é o seu manifesto inconformismo com a decisão proferida.

Linha

RECAD

PROCAD

As hipóteses que autorizam um novo pronunciamento judicial após a entrega da prestação jurisdicional encontram-se enunciadas no art. 535 do CPC, nas quais não se enquadra o caso.

A contradição sanável por declaratórios não diz respeito aos argumentos expostos pelas partes em suas razões recursais, ou à análise de provas, tampouco a uma análise comparativa entre a fundamentação do d. Juízo e os argumentos lançados pelas partes, mas sim à incoerência havida entre a fundamentação e a parte dispositiva da decisão, o que na hipótese não restou configurado, pois a fundamentação adotada apresenta-se em perfeita consonância com a parte dispositiva da decisão.

Quanto aos temas, no referente ao recurso do primeiro embargante, o v. acórdão foi expresso ao apontar as razões para manter a sentença de primeira instância. No referente a legitimidade passiva o v. acórdão expôs:

"Assevera o Distrito Federal ser parte ilegítima para compor o polo passivo "uma vez que existe na Administração Indireta Distrital uma autarquia criada especificamente para fiscalizar a prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário aos usuários do sistema, qual seja, DFTRANS"(fls.172).

As condições da ação, como dito alhures, são examinadas em abstrato.

Legitimidade "é a qualidade processual de titular da ação decorrente da titularidade, em abstrato, da relação controvertida deduzia em juízo (ordinária) ou da vontade da lei (extraordinária)" (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. 6.ed. Código de processo civil interpretado . Manole, p. 255).

Possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda aquele que, em tese, possui aptidão jurídica para suportar os efeitos da decisão judicial.

Frise-se que enquanto uma das condições da ação a legitimidade deve ser aferida abstratamente, a partir da simples leitura da inicial e das alegações nela contidas.

Note-se que o autor busca a condenação solidária do Distrito Federal razão pela qual foi este inserido no polo passivo.

A nuanças levantadas a respeito de ser de responsabilidade do DFTRANS a fiscalização da concessionária ou a impossibilidade de responsabilização solidária do Distrito Federal encontram-se afetos ao mérito da causa e como tal serão analisadas."(fls.8262-v/8263)

No tocante à responsabilidade civil o acórdão também foi expresso ao transcrever a decisão primária a fundamentando no seguinte.

"Nas ações que visam assegurar direito ao meio ambiente equilibrado, no caso o meio ambiente do trabalho, tenho que a responsabilidade do poder concedente não é subsidiária mas solidária e, portanto, com o concessionário de serviço público - cuja responsabilidade deve ser objetiva, contra quem possui o concedente direito de regresso, com espeque no §6º do art. 37 da Carta Magna, na Lei n.º 6.938/81 e Lei n.º 8.987/1995.

Vale destacar que não se discute a liceidade das atividades exercidas pelo concessionário, ou a legalidade do contrato administrativo que concedeu a exploração de serviço público; no presente caso, o que importa é a potencialidade do dano ao meio ambiente laboral configurado, bem como sua pronta e efetiva reparação.

Insta observar também que o DFTRANS de fato tem dentre suas atribuições específicas a gestão, o controle e a fiscalização dos serviços públicos de passageiros, mas sua atuação como órgão fiscalizador específico de forma nenhuma inibe a cobrança de responsabilidades do Distrito Federal, responsável lato. A concessão de serviço público é feita pelo ente federativo responsável pela prestação de serviço, nos exatos termos do inciso I, do art. 2º da Lei nº 8.987/1995, devendo entender-se, portanto, como legítimo responsável o GDF, ainda mais quando diante da ofensa a "valores sociais indisponíveis, garantidos por normas de ordem pública" pela sua concessionária, conforme decumum à fl.8 036." (fls.8265)

Quanto ao recurso da segunda embargante, no referente a obrigação de fazer, o v. acórdão foi expresso ao expor suas razões, in verbis:

"Ao perflustrar a questão, o Juiz sentenciante decidiu pela aplicação das multas por descumprimento de obrigação de fazer relativamente aos pedidos de letras 'A' a 'E' da inicial, porquanto "a defesa e a documentação acostada pela empresa não tiveram condão de rever e alterar os fundamentos fáticos e jurídicos já deduzidos na decisão antecipatória da tutela jurisdicional proferida... que analisou acuradamente os pedidos de letras "A", "B", "C", "D" e "E" da exordial"(fl. 7.999) e, por serem tais "obrigações já definidas pelas normas legais e pelas normas regulamentadoras do MTE" e "fundamentais para prevenir ou cessar eventuais danos à saúde dos trabalhadores"(fl. 8.008). Deixou transparente também, em sede de embargos declaratórios, que "uma leitura da sentença, mais precisamente no tópico intitulado "PEDIDOS DE LETRAS "A", "B", "C", "D" e "E" DA INICIAL para se verificar que os pontos descumpridos pela embargante, total ou parcialmente, foram exaustivamente analisados e apontados"(fl. 8.117).

Insta observar que a leitura atenta dos autos emoldura a realidade de que o d. Juízo de primeira instância mostrou-se desvelado na análise das provas acostadas em conjuminância com as argumentações aventadas pelas partes, tanto na peça inicial quanto na peça de defesa, realidade que contraria a tese de que "a decisão é desfundamentada no particular e dificulta o direito de defesa desta Recorrente", inexistente a desfundamentação alegada.

FL 000  
CA  
PROC

Então vejamos.

Deveras, a imposição da multa não pode ter o condão de acarretar enriquecimento sem causa. Não pode ser exagerada ou abusiva, sob pena de desvirtuamento do instituto. Apenas deve ser suficiente a desestimular o autor do dano a provocar violação ao direito de outrem. Nessa senda, o quantum deve ser suficiente para impingir ao devedor o cumprimento da obrigação específica. A jurisprudência pátria tem se norteado majoritariamente nesse sentido.

No caso em apreço, cuidando-se de ação civil pública em que se busca a defesa dos interesses e direitos coletivos, a causa possui valor inestimável, de difícil aferição, por não ter como precisar o proveito econômico que surgirá com eventual procedimento da demanda interposta.

Nesse compasso, relevando-se a natureza da condenação, como também o carácter de que se reveste o impulsionamento jurisdicional desafiado (ação civil pública), tomando-se como parâmetros a antijuridicidade da conduta no âmbito das relações de trabalho, o porte empresarial e a natureza da condenação (obrigação de fazer), bem como serem as obrigações já há muito "definidas pelas normas legais e pelas normas regulamentadoras do MTE", entendo razoável o valor estipulado a cada uma delas, servindo como desestímulo à parte para não deixar de cumprir preceitos "fundamentais para prevenir ou cessar eventuais danos à saúde dos trabalhadores". (8282/8282-v)

No tocante ao pleiteado pela a embargante referente à saúde auditiva dos trabalhadores o v. acórdão foi expresso ao transcrever a sentença exordial manter a mesma.

"Por todo o exposto, defer-se o pedido de letra "F" quanto às medidas de controles de engenharia mencionadas, quais sejam, instalação de silenciadores, o enclausuramento do motor e redução da vibração das estruturas.

As medidas administrativas contidas no pedido de letra "F" não se mostram factíveis e nem se revelam necessárias após a adoção das medidas de engenharia.

Deferem-se, ainda, por todos os fundamentos já expostos, os pedidos de letras "G", "G.1", "H" e "I" contidos na inicial.

Em caso de descumprimento, ainda que parcial, das obrigações acima estabelecidas, a empresa ficará obrigada ao pagamento das multas seguintes:

\* descumprimento do pedido de letra "F", deferido parcialmente, multa diária de R\$1.000,00 (mil reais) por ônibus encontrado em situação irregular, ou seja, sem a implantação as medidas de engenharia referidas na inicial;

\* descumprimento do pedido de letra "G" e "G.1", deferido integralmente, multa diária de R\$5.000,00 (cinco mil reais) ;

\* descumprimento do pedido de letra "H" e "I", deferidos integralmente, multa diária de R\$1.000,00 (mil reais) por trabalhador encontrado em situação irregular.

Com relação aos novos veículos a serem adquiridos pela empresa para renovar ou recompor a sua frota, a pretensão ministerial está em consonância com os ditames constitucionais de proteção à saúde do trabalhador, pois procura estabelecer condições de trabalho salubres, de modo a possibilitar que os empregados possam trabalhar sem o desconforto físico do calor, do ruído, da vibração, além de atacar os aspectos ergonômicos que são causas de fadiga e de estresse emocional.

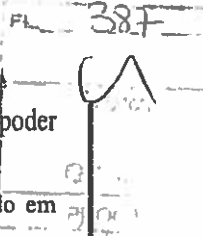
Os ônibus precisam observar as normas técnicas da ABNT no que tange às poltronas dos motoristas e cobradores, inclusive quanto às distâncias entre o assento e o volante e à altura dos bancos.

O câmbio automático e a direção hidráulica nos veículos não são apenas medidas de conforto, mas verdadeiras necessidades, pois evitam que o motorista execute milhares de movimentos repetidos no curso de sua jornada de trabalho, eliminando, com isso, os problemas físicos e emocionais deles decorrentes.

Por fim, não se pode perder de vista que o ruído proveniente dos ônibus é agravado pelo barulho exterior natural do trânsito, que pode ser reduzido com o isolamento do interior do ônibus, por meio da instalação de ar-condicionados.

Além de reduzir o ruído, o ar refrigerado ainda elimina um outro agente nocivo à saúde, que é o calor, oferecendo ao trabalhador mais conforto e, consequentemente, mais saúde para executar essa já desgastante atividade.

A pretensão do autor está amparada no princípio da prevenção, que é o mais importante dentro do Direito Ambiental, insculpido em todos os documentos internacionais que tratam do meio ambiente (inclusive a Carta do Rio de Janeiro – ECO-92).



Consagrado em nossa Carta Constitucional por meio do art. 225, o princípio da prevenção impõe ao poder Público e à coletividade o dever de defender e de preservar o meio ambiente.

No âmbito do Direito do Trabalho, a norma constitucional trata especificamente da obrigação do Estado em reduzir os riscos inerentes ao trabalho (inciso XXII do art. 7º).

Também a CLT adota o princípio da prevenção em seu art. 157, estabelecendo como obrigação do empregador o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho.

[...]

O direito a um adequado meio ambiente laboral, seguro e saudável, integra, como bem assevera o d. julgador vestibular, "o conjunto dos direitos fundamentais dos trabalhadores, constituindo-se, assim, dever dos empregadores velar pelo cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, consoante preconiza o art. 157, I, da CLT".

De fato, "a defesa e a documentação acostada pela empresa não tiveram o condão de rever e alterar os fundamentos fáticos e jurídicos já deduzidos na decisão antecipatória da tutela jurisdicional proferida por este juízo, que analisou acuradamente os pedidos de letras "A", "B", "C", "D" e "E" da exordial".

Não logrando a primeira ré em demonstrar a correção de suas assertivas, com provas contundentes de seu proceder em conformidade com os normativos de segurança e saúde do trabalhador, e, pelo contrário, como o quadro emoldurado nos presentes autos é o de violação dessas mesmas normas, deve ser mantido o decismum a quo por seus próprios e judiciosos fundamentos, no tema."(grifei)

Inexistindo, portanto, omissão a ser sanada ou contradição a ser esclarecida.

Nos termos do art. 897-A da CLT c/c o art. 535 do CPC, os embargos de declaração visam à correção de impropriedades formais havidas no julgado, definidas como omissão, contradição, obscuridade, erro material ou manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

Do teor da petição de embargos é possível inferir que a argumentação ali expendida não busca, tecnicamente, sanar irregularidade formal, mas sim a reapreciação dos elementos dos autos, com vista à modificação do resultado do julgamento pelo Colegiado. Busca-se, por meio dos presentes embargos, na realidade, pronunciamento jurisdicional que contemple os argumentos necessários à defesa da tese da parte, o que não se coaduna com a natureza do recurso escolhido.

Do exame minudente do acórdão, resta demonstrada a perfeita adequação entre a motivação e o conjunto probatório, por mais desagradável que possa ser ao embargante. A decisão embargada manifestou-se robusta e expressamente sobre todos os pontos articulados.

Por necessário, repita-se que não é admitida, em sede de declaratórios, a reapreciação de provas, quer na modalidade oral, quer na documental, não se prestando os embargos de declaração a corrigir supostos equívocos na análise da controvérsia.

Esclareço ainda que ao julgador não é imposto refutar, de modo singularizado, as alegações trazidas nos autos, estando obrigado a fundamentar sua decisão, consoante norma insculpida no art. 93, IX, da CF. O julgador não é obrigado a pormenorizar todas as provas trazidas pelas partes, devendo centrar naquelas relevantes e imprescindíveis a solução da lide.

Dessarte, as matérias trazidas em sede de embargos não podem ser rediscutidas por este Órgão.

A matéria encontra-se devidamente prequestionada com vistas a futura interposição de recurso à instância superior.

Incólumes todos os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais apontados nos embargos.

Nego provimento aos embargos de declaração.

#### CONCLUSÃO

Pelo exposto, conheço dos embargos de declaração e, no mérito, nego-lhes provimento, nos termos da fundamentação.

É o meu voto.

Acórdão

ACORDAM os Desembargadores da egrégia Terceira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, conforme certidão de julgamento (à fl. retro), aprovar o relatório, conhecer dos embargos declaratórios e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

### Certidão(ões)

Órgão  
Julgador: 3ª Turma

3ª Sessão Extraordinária do dia 18/12/2014

Presidente: Desembargador RICARDO ALENCAR MACHADO

Relator: Juiz MAURO SANTOS DE OLIVEIRA GOES

Composição:

|   |                    |
|---|--------------------|
| Desembargadora MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO | Presente NORMAL    |
| Juiz DENILSON BANDEIRA COELHO               | Presente CONVOCADO |
| Desembargador JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE     | Presente NORMAL    |
| Juiz PAULO HENRIQUE BLAIR                   | Presente CONVOCADO |

por unanimidade aprovar o relatório, conhecer dos embargos declaratórios e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Ementa aprovada.

Órgão  
Julgador: 3ª Turma

34ª Sessão Ordinária do dia 08/10/2014

Presidente: Desembargadora MÁRCIA MAZONI CÚRCIO RIBEIRO

Relator: Juiz MAURO SANTOS DE OLIVEIRA GOES

Composição:

|   |                  |
|---|------------------|
| Juiz DENILSON BANDEIRA COELHO               | Presente NORMAL  |
| Desembargador JOSÉ LEONE CORDEIRO LEITE     | Presente NORMAL  |
| Desembargador RICARDO ALENCAR MACHADO       | Ausente SUSPEITO |
| Desembargadora CILENE FERREIRA AMARO SANTOS | Ausente FERIAS   |

por unanimidade aprovar o relatório, rejeitar prefacial de não conhecimento por desfundamentação aventada em contrarrazões da VIPLAN, conhecer dos recursos ordinários, rejeitar as preliminares arguidas e, no mérito, dar parcial provimento aos recursos da VIPLAN e do GDF para reduzir a indenização por danos morais ao importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), e negar provimento ao recurso do MPT. Tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Vencido o Juiz Denilson Bandeira Coelho no tocante ao valor da indenização por dano moral coletivo. Declarou-se suspeito para participar deste julgamento o Des. Ricardo Alencar Machado. Ementa aprovada.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

*Edvaldo*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL  
REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

*Resumo da Revista: Dentre outros fundamentos recursais, o Distrito Federal não possui competência legal para fiscalizar o meio ambiente de trabalho nos ônibus, não podendo, portanto, ser condenado indenizar eventuais danos morais sofridos por motoristas e cobradores.*

REF.: PROCESSO N.º 0001614-13.2012.5.10.0003

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RÉUS: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E DISTRITO FEDERAL

FL. 380  
Rubrica  
GECAD  
TRT 10ª Região - DSCDP  
01614 2012 003 10 00 5  
00.000.897/2015  
02/02/2015 10:25:54  
S/PROCESSO  
2/2

O DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, poderes *ex lege*, interpor o presente

**RECURSO DE REVISTA**

Com fulcro no artigo 896, "c", da Consolidação das Leis do Trabalho, em face do acórdão proferido pela 3ª Turma deste Egrégio Tribunal nos autos do julgamento do Recurso Ordinário interposto pelas partes contra a r. sentença de fls., fazendo-o com arrimo nos fundamentos de fato e de direito aduzidos doravante.

Neste termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 29 de janeiro de 2015.

*Edvaldo Costa Barreto Júnior*  
**EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR**

Procurador do Distrito Federal

OAB/DF n.º 29.190



## RAZÕES DO RECURSO DE REVISTA

Processo nº 0001614-13.2012.5.10.0003

Recorrente: **DISTRITO FEDERAL**

Recorrido: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

**EGRÉGIO TRIBUNAL,**

**COLEDA TURMA CÍVEL,**

**EMÉRITOS MINISTROS,**

### 1. DA TEMPESTIVIDADE

O acórdão ora recorrido foi disponibilizado no DJe no dia 22 de janeiro de 2015, quinta-feira. Computando-se o prazo em dobro de que dispõe a Fazenda Pública para manejar o presente recurso, é de se perceber que o termo final para interposição do presente recurso findar-se-á em 10 de fevereiro de 2015.

Assim, protocolizado nesta data, inegável é a tempestividade do presente recurso excepcional.

### 2. DO BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

Na peça de ingresso, o *parquet* afirma que os trabalhadores que atuam da prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário têm sofrido violação à sua saúde, o que ensejaria o direito à reparação pelo dano moral supostamente sofrido de forma coletiva.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

397  
9

Mais especificamente, o Ministério Público do Trabalho fundamenta seu pedido indenizatório na alegação de que, por meio da realização de inquérito civil junto à empresa ré, ter-se-ia verificado danos à integridade física dos seus trabalhadores por suposta **má condição do ambiente de trabalho** (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido à exposição contínua a ruídos intensos. Assim, sustenta o Requerente/Recorrido que estaria configurado dano moral coletivo "a toda a coletividade de empregados" e "à própria sociedade".

Para imputar responsabilidade ao Distrito Federal e inclui-lo no polo passivo da presente demanda, o Ministério Público do Trabalho afirma que o ente público ora contestante seria **solidariamente** responsável à empresa **VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA.** pelos danos supostamente causados aos trabalhadores.

Pediu, ao final, indenização por dano moral coletivo no absurdo valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a qual deveria ser destinada ao fundo previsto no artigo da Lei n.º 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), além de obrigações de índole personalíssimas em desfavor da empresa reclamada.

A sentença de primeiro grau julgou parcialmente o pedido, condenando o Distrito Federal e a VIPLAN ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), solidariamente.

Em face dessa sentença, o Distrito interpôs recurso ordinário demonstrando as razões da sua insubsistência. De igual modo, também a VIPLAN interpôs seu recurso ordinário, assim como o Ministério Público do Trabalho, a fim de majorar o quanto indenizatório.

Os recursos foram distribuídos à 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, a qual desproveu o recurso ministerial e proveu parcialmente os recursos do Distrito Federal e da VIPLAN para reduzir a condenação ao importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mantendo a solidariedade pelo seu pagamento.

Em face desse acórdão, o Distrito Federal opôs embargos de declaração objetivando, além de prequestionar a matéria legal violada, aclarar alguns pontos omissos naquele pronunciamento judicial. Os aclaratórios foram desprovidos.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

|         |     |
|---------|-----|
| FL.     | 392 |
| Rubrica |     |
| GECAD   |     |
| PROCAD  |     |

O acórdão ora recorrido violou diversos dispositivos de índole constitucional e legal, razão pela qual é necessária a intervenção desta Egrégia Corte Superior Trabalhista por meio do presente recurso de revista.

Em um breve relato, era o que havia de relevante a ser destacado. Passemos agora ao exame das razões pelas quais o presente recurso merece provimento e, em consequência disso, o acórdão *a quo* deve ser reformado, exonerando o Distrito Federal de qualquer responsabilidade pelos fatos narrados na peça de ingresso.

### 3. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE ESPECÍFICOS DO RECURSO DE REVISTA.

#### 3.1 Do prequestionamento

Tanto a matéria legal quanto a constitucional foram minuciosamente debatidas pelo Juízo recorrido. Isto é, o acórdão recorrido examinou as disposições normativas aplicáveis à espécie, mas, ao fazê-lo, violou e afrontou os seguintes dispositivos: art. 93, IX, da Constituição da República; art. 5º, XXXV, da Constituição da República; art. 11, I, da Lei 10.593/02; artigo 626 da CLT; artigo 71, §1º, da Lei nº 8.666/93; artigo 114 da Constituição da República; artigo 37, §6º, da Constituição da República.

Desde a contestação, o Distrito Federal convocou o Judiciário Trabalhista a se debruçar sobre as normas extraídas dos referidos dispositivos. Após a sentença, o ente público ora recorrente provocou novamente a manifestação sobre, mas o Tribunal recorrido não se manifestou expressamente sobre eles.

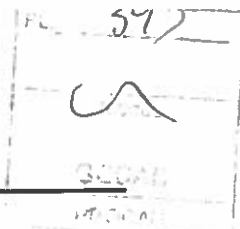
A propósito, para repelir quaisquer dúvidas acerca do preenchimento do requisito do prequestionamento, o acórdão assim consignou:

**"PREQUESTIONAMENTO**

*Por fim, para efeito de prequestionamento, registro que os fundamentos que sustentam a conclusão alcançada na presente decisão colegiada afastam as teses apresentadas. Desse modo, tenho por prequestionadas todas as teses e todos os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais*



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



*apresentados, e eventualmente não citados na presente decisão, o que encerra a prestação jurisdicional desta egr. Turma." – os destaques são nossos.*

Por cautela, em que pese a menção expressa quanto ao ponto, pela Turma Julgadora, o Distrito Federal lançou mão de embargos declaratórios prequestionadores, oportunidade em que apontou todos os dispositivos legais violados pelo acórdão recorrido.

Como dito, os declaratórios foram desprovidos.

Com esta breve introdução, o Distrito Federal busca demonstrar a este Tribunal Superior do Trabalho que o requisito do **prequestionamento foi rigorosamente cumprido**, uma vez que a matéria legal e constitucional violada foi objeto de provocação pelo Ente Público recorrido desde a contestação.

### **3.2 Da transcendência do debate posto na presente causa.**

O artigo 896-A da CLT dispõe que o Tribunal Superior do Trabalho examinará previamente, no recurso de revista, se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

No caso dos autos, a causa possui reflexos tanto de ordem econômica, como social e jurídica. É que o Tribunal *a quo* impôs **absurda condenação** ao Distrito Federal em virtude de fato em relação ao qual este não possui qualquer responsabilidade.

**É impossível imputar responsabilidade ao Distrito Federal pelos supostos danos morais coletivamente sofridos pelos trabalhadores** (motoristas e cobradores) no seu ambiente de trabalho (ônibus). Isto porque, **o Distrito Federal não possui competência legal para fiscalizar o meio ambiente de trabalho**, tal como quer fazer parecer o Ministério Público do Trabalho, tese esta que foi encampada pelo Juízo recorrido.

Este é justamente o ponto de transcendência da causa, pois, se prevalecer o entendimento de que as unidades federativas diversas da União, a exemplo do Distrito Federal, possuem competência para fiscalizar o meio ambiente do trabalho (o ônibus, no caso), tal pronunciamento judicial poderá atingir direta ou



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**  
**PROCAD**

397  
U

indiretamente todos os entes públicos que outorgam o serviço de transporte coletivo.

Nessa perspectiva, é inegável que a presente causa possui a transcendência anunciada pelo artigo 896-A da CLT.

Feitas tais colocações, passemos ao exame do mérito recursal.

#### **4. DO MÉRITO RECURSAL.**

O mérito deste recurso de revista se subdivide em três vertentes: i) a demonstração das razões pelas quais o acórdão merece ser reformado no sentido de cassar o acórdão (item 4.1 – abaixo); subsidiariamente, ii) as razões pelas quais o acórdão regional merece ser reformado para que o processo seja extinto sem resolução do mérito (item 4.2 – abaixo); e, por fim, ainda subsidiariamente, iii) as razões pela quais o acórdão merece ser reformado para julgar improcedentes os pedidos (item 4.3 – abaixo).

##### **4.1 Das razões para cassar o acórdão recorrido**

###### **4.1.1 Da violação ao artigo 114 da Constituição da República: provimento da revista para cassar o acórdão recorrido.**

Foi suscitada pelo Distrito Federal (na contestação e no recurso ordinário) a discussão no sentido de que a Justiça do Trabalho, com o devido respeito, seria absolutamente incompetente para processar e julgar o presente feito. Ainda que não tivesse havido tal provocação, trata-se de matéria de ordem pública, passível de conhecimento até mesmo de ofício por esta Corte Especial.

Em síntese, o Ministério Público do Trabalho alegou na petição inicial que houve dano moral coletivo “genérico” – oriundo das atuais condições de trabalho geridas pelos atuais permissionários de transporte coletivo – pelo qual deveria ser responsabilizado também o Distrito Federal, ao argumento de que o ente público teria responsabilidade solidária em relação a todos os prejuízos causados a terceiros por concessionários de serviço público e em razão da previsão do Código



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

|         |
|---------|
| FL. 000 |
| Rubrica |
| GE CAD  |
| PROCAD  |

de Defesa do Consumidor que atribui responsabilidade solidária aos fornecedores em situações de acidentes de consumo.

Em primeiro lugar, note-se que os fundamentos utilizados pelo Recorrido para tentar atribuir responsabilidade direta ao Distrito Federal **não tem qualquer relação com a legislação trabalhista**. Com efeito, veja-se que, quando a exordial prega a responsabilidade solidária do concedente, pela natureza pública do serviço no qual os trabalhadores teriam sofrido prejuízo ou por suposta aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, **o Recorrido não ampara o seu pedido indenizatório em quaisquer normas de direito do trabalho**.

E nem poderia ser diferente, pois o Distrito Federal não é o empregador dos motoristas e cobradores dos permissionários de transporte coletivo. Observe-se, **há exclusivamente relação administrativa entre o Distrito Federal e as empresas permissionárias**. Não há, por força de expressa previsão legal<sup>1</sup>, nenhuma relação direta entre o poder concedente e os empregados dos delegatários.

É dizer, a causa de pedir para o pleito indenizatório não diz respeito à **matéria trabalhista**. Não havendo relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos empregados, o único fundamento pelo qual seria juridicamente possível se entender pela sua condenação seria analisando a relação administrativa firmada entre o este e a empresa de transporte também ré.

Em segundo lugar, cumpre atentar que os fundamentos enunciados pelo Ministério Público Obreiro segundo os quais a Justiça do Trabalho seria competente para apreciar o pedido em comento não são suficientes para afastar a argumentação ora exposta.

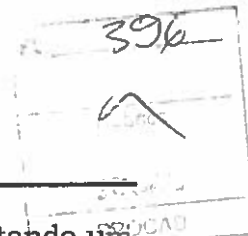
É que a competência da Justiça Trabalhista é estrita ao processamento de ação em que se discute a relação empregado vs. empregador, em ato decorrente da relação de trabalho. **In casu, não se trata de demanda movida nem por**

<sup>1</sup> Da Lei de Concessões: "Art. 31. (...) Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente."

Da Lei de Licitações: "Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. § 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis."



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



**empregados** (foi movida pela Procuradoria Regional do Trabalho, representando um dano que seria contra toda a sociedade) **nem contra os respectivos empregadores, tampouco fundada em ato decorrente da relação de trabalho entre as partes**, porque não há relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos trabalhadores. Por idênticas razões, **afasta-se a aplicação do Verbete n.º 327 deste Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.**

Ante tal circunstância, é inegável que o acórdão regional afrontou diretamente o art. 114 da Constituição da República, pois este dispositivo traz rol taxativo das hipóteses de competência da Justiça do Trabalho e neste rol não está prevista a competência para processar e julgar as demandas em que tenham como causa de pedir relação negocial de Direito Administrativo.

Diante do exposto, requer seja provido o recurso para reformar o acórdão no sentido de **cassar a sentença**, reconhecendo-se a **incompetência absoluta da Justiça do Trabalho** quanto à análise da pretensão indenizatória deduzida pelo *parquet* em relação ao Distrito Federal – questão que só pode ser apreciada pela Justiça Comum -, **extinguindo-se o processo sem resolução de mérito, com fulcro nos arts. 113 e 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.**

**4.2 Das razões para reforma do acórdão no sentido de extinguir o processo sem resolução de mérito.**

Embora seja certo o acatamento das alegações supra, cumpre ao Distrito Federal demonstrar as razões pelas quais, acaso ultrapassadas as alegações de nulidade da sentença, o que se admite somente para argumentar, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito em relação ao ente público ora recorrente:

**4.2.1 Da violação ao inciso I do artigo 11 da Lei 10.593/02, ao artigo 626 da CLT e ao inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República.**

O acórdão regional violou as literais disposições do inciso I do artigo 11 da Lei n.º 10.592/02 e do artigo 626 da CLT, bem como afrontou direta e literalmente o inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

|         |
|---------|
| FL. 237 |
| Fluxo   |
| GECAD   |
| PROCAD  |

Explica-se:

A indenização por dano moral coletivo concedida pelo acórdão regional decorre de inquéritos civis que teriam apurado a ocorrência de danos à integridade física dos trabalhadores das empresas de ônibus por suposta má condição do ambiente de trabalho (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido a exposição contínua a ruídos intensos.

Assim, a tese sustentada pelo órgão ministerial e acatada pelo acórdão ora recorrido é no sentido de que estaria configurado dano moral coletivo sendo também responsável, quanto à respectiva indenização, o Distrito Federal, ao argumento de que este deteria responsabilidade solidária e objetiva em relação a todos os danos causados por delegatários de serviços públicos, especialmente por ter se **omitido na fiscalização** quanto às condições de trabalho dos motoristas e cobradores.

Contudo, pertence à **União**, por intermédio do **Ministério do Trabalho**, o **dever de fiscalizar as condições de segurança do trabalho** e, conseqüentemente, o de aplicar penalidades pelo descumprimento às respectivas normas, atribuição que decorre do poder de polícia, consistente em atividade limitadora do exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo.

Com efeito, a fundamentação legal da inspeção do trabalho é inicialmente encontrada na Constituição Federal de 1988: "**Art. 21. Compete à União - Inciso XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho**"

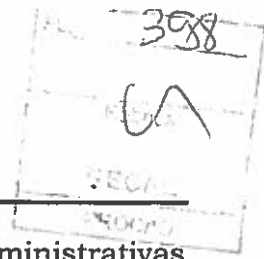
Também a Consolidação da Lei do Trabalho, em seu art. 626 e seguintes prevê a competência do Ministério do Trabalho para fiscalizar o fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho:

*Art. 626 "Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho."*

Além disso, no exercício de sua competência privativa para legislar e exclusiva para fiscalizar, a União editou a **Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002**, dispondo sobre a organização da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



No art. 11, este diploma legislativo enumerou as competências administrativas desses servidores federais, *in verbis*:

Art. 11. Os ocupantes do cargo de **Auditor-Fiscal do Trabalho** têm por **atribuições** assegurar, em todo o território nacional:

*I - o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego;*

*II - a verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, visando à redução dos índices de informalidade;*

*III - a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, objetivando maximizar os índices de arrecadação;*

*IV - o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores;*

*V - o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário;*

*VI - a lavratura de auto de apreensão e guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades, bem como o exame da contabilidade das empresas, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.*

*Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará as atribuições privativas previstas neste artigo, podendo cometer aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho outras atribuições, desde que compatíveis com atividades de auditoria e fiscalização. (grifos nossos).*

Nos ditames do artigo supracitado, os **Audidores-Fiscais do Trabalho**, servidores de carreira da União, gozam de **atribuições privativas para fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares no âmbito das relações de trabalho**, em todo o território nacional.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

|         |
|---------|
| FL. 398 |
| Publica |
| GECAD   |
| PROCAD  |

Portanto, a inspeção do trabalho – que é sinônima de fiscalização do trabalho - não pode ser atribuída a órgãos estaduais, municipais ou distritais, sob pena de violação do sistema de competências estabelecido na Constituição de 1988.

É inegável, portanto, que a fiscalização ou a ausência dela, alegada pelo Ministério Público do Trabalho, é de **responsabilidade exclusiva da União**, por intermédios dos órgãos constituídos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em outras palavras, O DISTRITO FEDERAL NÃO POSSUI COMPETÊNCIA PREVISTA EM LEI PARA FISCALIZAR O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO!!!! NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO E DA LEI N.º 10.593/02, SOMENTE A UNIÃO PODERÁ FAZÊ-LO!!! Qualquer conduta do Distrito Federal nesse sentido seria considerado um ato administrativo nulo!!!!

Mas não é só!

No julgamento da **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.893**, de Relatoria do Ministro Carlos Velloso, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a **inconstitucionalidade de norma estadual que estabelecia política de proteção à saúde do trabalhador**.

Naquela ocasião, o Relator adotou como fundamento o parecer do Procurador-Geral da República, proferido nos termos seguintes:

*“Observa-se que o legislador estadual utilizou-se de maneira equivocada de sua competência supletiva para inserir à idéia de ‘saúde’, abordada no inciso XII, do mencionado art. 24, a saúde no ambiente do trabalho, matéria esta eminentemente trabalhista, prevista no art. 22, § 1º, como de competência privativa da União. A toda evidência, a Lei impugnada viola os arts. 21, XXIV e 22, I, da Carta Federal, pois os temas atinentes à segurança e à saúde do trabalhador estão insertos no conteúdo do Direito do Trabalho, somente podendo ser objeto de legislação estadual em caso de delegação de competência da União para os Estados, por meio de lei complementar devidamente aprovada pelo Congresso Nacional. Quanto à inspeção do trabalho, não há dúvida de que tal atribuição não assiste ao Estado, mesmo sendo este participante do Sistema Único de Saúde – SUS, pois o art. 200, inciso VIII, expõe claramente sua condição de colaborador para a proteção do meio*



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

FL. 200  
RECEBUE  
CICERO  
PROCAD

ambiente de trabalho, sendo a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e serviços de saúde, reservados à Lei, conforme preceitua o art. 197, da Constituição Federal. Cabe ressaltar que a Lei 8.080/90, que regula o art. 197, da Carta Federal, não confere competência aos Estados para legislar sobre a proteção da saúde do trabalhador ou disciplinar a inspeção do trabalho" (DJ 4.6.2004 - grifos nossos).

Em outra oportunidade, o **Supremo Tribunal Federal**, por ocasião do julgamento da **ADI nº 953**, também assentou que em matéria de fiscalização do trabalho somente a União pode legislar e implementá-la, *in verbis*, segue a ementa:

**EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 417, DE 02.03.93, DO DISTRITO FEDERAL. ARTS. 21, XXIV E 22, I DA CF. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA IMPLEMENTAR AÇÕES FISCALIZATÓRIAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. É pacífico o entendimento deste Supremo Tribunal quanto à inconstitucionalidade de normas locais que tenham como objeto matérias de competência legislativa privativa da União. A norma sob exame, ao criar regras e prever sanções administrativas para se coibir atos discriminatórios contra a mulher nas relações de trabalho, dispôs sobre matéria de competência legislativa outorgada à União. Viola, ainda, o diploma impugnado, o art. 21, XXIV, da CF, por atribuir poder de fiscalização, no âmbito do trabalho, a ente da Federação que não a União. Ação direta que se julga procedente, para se declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 417/93, do Distrito Federal. (ADI 953, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 19/03/2003, DJ 02-05-2003 PP-00025 EMENT VOL-02108-01 PP-00036)14 (grifos nossos)**

O que se quer demonstrar com isso, Nobres Ministros, é que por esse motivo **ao Distrito Federal falta legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda**, devendo toda e qualquer responsabilidade em decorrência da ausência de fiscalização no meio ambiente do trabalho ser atribuída à União.

Como se vê, quando o acórdão regional imputa responsabilidade do Distrito Federal por ausência de fiscalização acaba por violar as literais disposições do



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



inciso I do artigo 11 da Lei n.º 10.592/02 e do artigo 626 da CLT, bem como afrontar direta e literalmente o inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República.

Assim, diante da **ilegitimidade passiva do Distrito Federal**, impõe-se a reforma do acórdão no sentido se decretar a **extinção parcial do presente processo com relação ao ente público**, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC.

**4.2.2 Da violação ao §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, ao artigo 25 e ao parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei n.º 8.987/95.**

Além dos vícios já narrados acima que autorizam a extinção do processo sem resolução de mérito, o acórdão recorrido também violou frontalmente o §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, o artigo 25 e o parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei n.º 8.987/95.

Vejamos:

Ao contrário do que considerou o acórdão recorrido, **não é caso de responsabilidade solidária, mas sim, quando muito, subsidiária.**

E esse entendimento decorre de expressa previsão legal, contida tanto na Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93) quanto na Lei de Concessões (Lei n.º 8.987/95). Ou seja, o acórdão regional acatou posicionamento frontalmente *contra legem*, como se confere dos seguintes dispositivos:

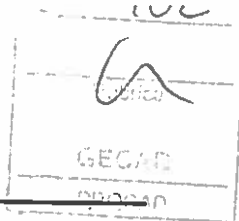
*Lei n.º 8.666/93:*

*“Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.*

*§ 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou*



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



*restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.” – destaques nossos.*

Lei n.º 8.987/95:

*“Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.*

[...]

Art. 31. Incumbe à concessionária:

*I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;*

[...]

*Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.” -  
negritamos*

Outra não pode ser a norma que se extrai dos dispositivos transcritos: a **relação de responsabilidade perante terceiros entre Poder Concedente e permissionário/concessionário será sempre de subsidiariedade e nunca de solidariedade.**

De mais a mais, destaca-se que o próprio **Supremo Tribunal Federal**, na **Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF** – a qual foi ajuizada precisamente pela Procuradoria do Distrito Federal –, certificou a constitucionalidade do art. 71, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, **asseverando que não há responsabilidade *solidária* da Administração Pública por prejuízos de cunho trabalhista por empresas por ela contratadas e que o Poder Público não pode ser diretamente chamado em juízo para responder por tais obrigações.**

Dita a ementa do referido aresto:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

405  
L

**"RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. Subsidiária. Contrato com a administração pública. Inadimplência negocial do outro contraente. Transferência consequente e automática dos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, à administração. Impossibilidade jurídica. Consequência proibida pelo art., 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93. Constitucionalidade reconhecida dessa norma. Ação direta de constitucionalidade julgada, nesse sentido, procedente. Voto vencido. É constitucional a norma inscrita no art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995."**

(STF - ADC 16/DF - Tribunal Pleno - Rel. Min. Cezar Peluso - J. em 24/11/10)

Também cabe citar, por sua relevância, trechos do voto da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha no julgamento, em que é sopesado o art. 71, §1º, da Lei de Licitações com a responsabilidade civil do Estado desenhada no art. 37, §6º, da Constituição Federal:

**"Da compatibilidade entre art. 71, §1º da Lei n.º 8.666/93 e o art. 37, §6º da Constituição da República**

(...)

25. Sabe-se ser requisito para se ter configurada a responsabilidade da entidade estatal que o dano causado a terceiro em decorrência da prestação do serviço público tenha como autor agente público.

A responsabilidade do ente do Poder Público prevista na Constituição da República exige, como requisito necessário a sua configuração, que o dano tenha origem em ato comissivo ou omissivo de agente público que aja nessa qualidade.

Não é essa a situação disciplinada pelo art. 71, §1º da Lei 8.666/93. Nesse dispositivo, o 'dano' considerado seria o inadimplemento de obrigações trabalhistas por empresa que não integra a Administração Pública, logo, não se poderia jamais caracterizar como agente público.

8



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

|          |
|----------|
| FL. 1704 |
| Rubrica  |
| GECA     |
| PR       |

(...)

*Assim, a previsão legal de impossibilidade de transferência da responsabilidade pelo pagamento de obrigações trabalhistas não adimplidas pelo contratado particular não contraria o princípio da responsabilidade do Estado, apenas disciplinando a relação entre a entidade da Administração Pública e seu contratado.*

(...)

*Ao argumento de obediência ao princípio da responsabilidade de Estado – de natureza extracontratual – não se há de admitir que a responsabilidade decorrente de contrato de trabalho dos empregados de empresa contratada pela entidade administrativa pública a ela se comunique e por ela tenha de ser assumida.*

(...)

*Contudo, eventual descumprimento pela Administração Pública do seu dever legal de fiscalizar o adimplemento de obrigações trabalhistas por seu contratado, se for o caso, não impõe a automática responsabilidade subsidiária da entidade da Administração Pública por esse pagamento, pois não é capaz de gerar vínculo de natureza trabalhista entre a pessoa estatal e o empregado da empresa particular.* Principalmente, se tanto ocorrer, isso não se insere no campo da inconstitucionalidade do dispositivo em causa.

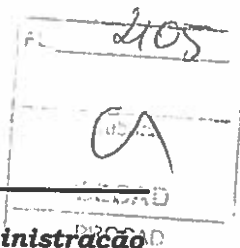
*Não há, portanto, de ser acolhido o argumento do Procurador-Geral da República no sentido de que “a Requerente visa a impedir que se examine, em casos concretos, possível responsabilidade da Administração, no que tange a passivos trabalhistas gerados, ainda que indiretamente, em decorrência de contratos de prestação de serviços por ela celebrado”.*

*A aplicação do art. 71, §1º, da Lei n.º 8.666/93 não exige a entidade da Administração Pública do dever de observar os princípios constitucionais a ela referentes, entre os quais os da legalidade e da moralidade administrativa.*





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



Isso não importa afirmar que a pessoa da Administração Pública possa ser diretamente chamada em juízo para responder por obrigações trabalhistas devidas por empresas por ela contratadas.

Entendimento diverso resultaria em duplo prejuízo ao ente da Administração Pública, que, apesar de ter cumprido regularmente as obrigações previstas no contrato administrativo firmado, veria ameaçada sua execução e ainda teria de arcar com consequência do inadimplemento de obrigações trabalhistas pela empresa contratada."

Diga-se, ademais, que a solidariedade da obrigação **sempre** decorre de lei, ou seja, inexistindo lei que preveja tal solidariedade, esta não poderá ser presumida. Mas o caso dos autos é ainda pior, **além de inexistir lei que preveja tal solidariedade, as previsões legais que tratam do tema afastam justamente tal espécie de responsabilidade para tipificar que o Poder Concedente somente poderá ser responsabilizado de forma subsidiária em decorrência dos atos praticados pelos delegatários do serviço público.**

No caso dos autos não há de ser diferente. O Ministério Público afirma que os supostos danos causados aos trabalhadores advêm da má conservação dos ônibus, **má conservação esta que é fruto de conduta exclusiva das próprias empresas concessionárias**, não concorrendo o Distrito Federal em momento algum para que tal situação efetivamente ocorra.

Muito pelo contrário, a Administração Pública Distrital exerce constante fiscalização a fim de evitar que veículos em péssimo estado de conservação possam continuar circulando, conforme amplamente demonstrado por meio das cópias dos auto de infração anexados aos autos.

O que isso quer dizer é que não há falar-se em responsabilização direta, ainda que de forma solidária do Distrito Federal, por supostos danos causados pelas empresas concessionárias/permissionárias do serviço de transporte público coletivo. **Tal responsabilização, se vier a ocorrer, somente poderá tocar ao Distrito Federal de forma excepcional e subsidiária.**



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

406  
C  
PROCAD

Mas há mais! Confirmando que, no caso concreto, é verificada apenas responsabilidade subsidiária do Poder Público – que não incide automaticamente, não sendo possível acionar diretamente a Administração em juízo, o **Enunciado n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho** (que, curiosamente, sequer foi mencionado pelo Autor) teve redação atualizada para ditar que:

*“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011*

*I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).*

*II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).*

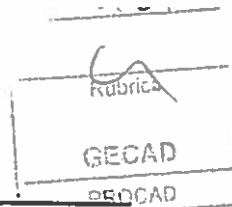
*III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.*

*IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.*

*V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.*



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



*VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral."*

Também tal verbete sumular é cristalino ao dispor que a responsabilidade do ente público em relação às questões trabalhistas **sempre será subsidiária e nunca solidária.**

Assim, demonstrado que **não há substrato legal** ou entendimento reiterado nos Tribunais de que a Administração Pública seria responsável solidariamente por danos causados por concessionárias ou permissionárias de serviço público e que, **consoante a jurisprudência do TST (na OJSBDI1-Transitória nº 66)**, sequer se configura responsabilidade subsidiária do ente concedente, impõe-se a reforma do acórdão com a imediata exclusão do Distrito Federal do polo passivo da presente demanda.

Este, inclusive, é o posicionamento unânime da doutrina, servindo de exemplo os ensinamentos do Eminentíssimo Doutrinador **José dos Santos Carvalho Filho**, para quem:

*"[...] Contudo, se a culpa é exclusiva da pessoa prestadora do serviço, a ela deve ser imputada a **responsabilidade primária** e ao Poder Público a **responsabilidade subsidiária**. Resulta, pois, nessa hipótese, que eventual demanda indenizatória deve ser dirigida em face exclusivamente do causador do dano, sendo a Administração parte ilegítima ad causam na referida ação."<sup>2</sup> -  
negritos originais, mas sublinhados nossos.*

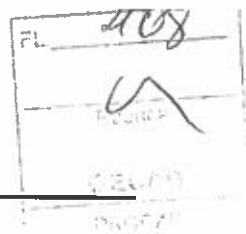
Ante tais argumentos, é irrefutável a constatação que o acórdão recorrido também violou frontalmente o §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, o artigo 25 e o parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei n.º 8.987/95.

Por essa razão, o presente recurso de revista merece ser provido para, reformando o acórdão recorrido, seja decretada a **extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Distrito Federal**, com fulcro no art. 267, VI,

<sup>2</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 21ª ed. rev. atual. e ampl., Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2009, págs. 541/542.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



do Código de Processo Civil, haja vista que é **impossível, fática e juridicamente, a condenação solidária de ente público em hipótese como a do caso do autos.**

**4.3 Das razões para reforma do acórdão no sentido de julgar improcedentes os pedidos.**

Caso os argumentos supra não sejam bastantes em si para a cassação da sentença ou a extinção do processo sem resolução de mérito, o que se admite somente por amor ao debate, apresentam-se abaixo as razões para a improcedência dos pedidos.

**4.3.1 Da violação ao §6º do artigo 37 da Constituição da República**

O acórdão recorrido, ao estabelecer a condenação do Distrito Federal ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no importe de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) afrontou direta e literalmente o §6º do artigo 37 da Constituição da República.

Vamos às razões para tal afirmação:

Segundo o §6º do artigo 37 da Constituição Federal,

*“as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”*

Em outras palavras, ao consagrar a responsabilidade civil objetiva como regra, o dispositivo constitucional transcrito, dispõe que a responsabilização do ente público somente ocorrerá se houver uma conduta comissiva e direta de seus agentes.

De outro lado, se estivermos no âmbito de conduta omissiva que tenha causado dano a terceiro, o Estado omissor poderá ser responsabilizado, desde que fique provada a sua culpa lato sensu. Esta é a principal característica da responsabilidade civil subjetiva do Estado: a culpa.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

|         |
|---------|
| FL. 409 |
| RUBRICA |
| CHECAD  |
| PROCAD  |

Ao misturar as duas teorias (objetiva e subjetiva), o acórdão recorrido acabou por afrontar o §6º do artigo 37 da Constituição da República. Expliquemos melhor:

**4.3.1.1 DAS CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS  
ACERCA DA TEORIA APLICÁVEL AO CASO**

De saída, deve ser destacado que, com o devido respeito, laborou em equívoco o acórdão recorrido ao encampar a tese do Ministério Público do Trabalho e estabelecer como verdade absoluta que se trata, o caso dos autos, de responsabilidade civil objetiva do estado.

Como dito, a responsabilidade do estado em decorrência dos seus atos está expressa no §6º do artigo 37 da Constituição da República. Também é verdadeiro que aquele dispositivo cria uma regra geral segundo a qual não se discute a existência do elemento subjetivo (culpa lato sensu) em relação aos danos causados pelo estado.

Todavia, aquele dispositivo somente será aplicado para as condutas estatais que sejam comissivas, isto é, somente quanto o ente público atuar, agir é que a responsabilidade será objetiva e não será questionada a existência ou não de culpa do ente estatal.

Quando se tratar de uma conduta omissiva – um não fazer do estado –, aquela disposição constitucional não terá aplicação, sendo aplicável a regra geral da responsabilidade civil, segundo a qual deverá ser também demonstrada a culpa do agente para que reste caracterizado o dever de indenizar.

Essa é a leitura que a doutrina e a jurisprudência fazem do **§6º do artigo 37 da Constituição da República**, conforme sentenciam o Ilustre Doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello, *in verbis*:

*“Quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tardia ou ineficiente) é de se aplicar a teoria da responsabilidade subjetiva. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja obrigado a impedir o dano.”*



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

*Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar ao evento lesivo.*

*Deveras, caso o Poder Público não estivesse obrigado a impedir o acontecimento danoso, faltaria razão para impor-lhe o encargo de suportar patrimonialmente as consequências da lesão. Logo, a responsabilidade estatal por ato omissivo é sempre responsabilidade por comportamento ilícito. E, sendo responsabilidade por ilícito, é necessariamente responsabilidade subjetiva, pois não há conduta ilícita do Estado (embora do particular possa haver) que não seja proveniente de negligência, imprudência ou imperícia (culpa) ou, então, deliberado propósito de violar a norma que o constituía em dada obrigação (dolo). Culpa e dolo são justamente as modalidades de responsabilidade subjetiva”<sup>3</sup>*

No caso dos autos, conforme consta da própria petição de ingresso, há clara **imputação de responsabilidade** ao Distrito Federal em decorrência de **suposta omissão em fiscalizar** as empresas delegatárias do serviço de transporte coletivo no que se refere ao ambiente adequado de trabalho para os cobradores e motoristas.

Ao assim dispor, o Ministério Público do Trabalho atrai para o caso a responsabilidade civil subjetiva do Estado, pois, como se expôs acima, a sua aplicação se fará presente toda vez em que se imputa responsabilidade em decorrência de responsabilidade omissiva do Estado.

Sendo **subjetiva a responsabilidade imputada ao Estado**, para que reste presente o dever de indenizar, a parte autora deveria provar - além de conduta omissiva contrária ao direito, dano efetivo e nexo de causalidade entre ambos - a culpa no sentido lato.

Isto é, além dos requisitos ordinários da responsabilidade civil, incumbia ao Ministério Público do Trabalho a demonstração no sentido de que o Distrito Federal agira com dolo ou com negligência, imprudência ou imperícia.

Ocorre que, consoante será demonstrado, não estão presentes no caso dos autos nenhum dos elementos caracterizados do dever de indenizar. Vejamos:

<sup>3</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 895-896.



**4.3.1.2 Inexistência de responsabilidade civil estatal:  
ausência de omissão estatal**

Fixadas as premissas acima e afastadas as dúvidas acerca de qual a espécie de responsabilidade civil do Estado deve ser aplicada ao caso concreto, passemos a demonstrar as razões pelas quais inexistente o dever de indenizar.

Sendo subjetiva a responsabilidade do Estado, há de ser aplicada da teoria francesa da *culpa do serviço*, segundo a qual *"ocorre culpa do serviço ou falta do serviço quando este não funciona, devendo funcionar, funciona mal ou funciona atrasado"*<sup>4</sup>.

No caso dos autos, ainda que fosse atribuição do Distrito Federal atuar na fiscalização do ambiente de trabalho no âmbito do transporte coletivo, o que, como visto, não o é, pois pertence ou ao DFTRANS ou à União, é de se afirmar que **não houve culpa do serviço por eventuais danos causados** à saúde dos cobradores e motoristas de ônibus.

Afirma isso, pois, conforme provam os autos de infração juntados aos autos, a **empresa** que compõe o polo passivo ao lado do Distrito Federal foi **constantemente fiscalizada**, sendo algo inclusive de diversos autos de infração por violar as normas técnicas que resguardam a saúde dos trabalhadores e dos passageiros.

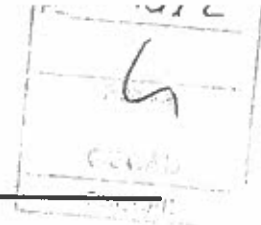
Como se vê da documentação já existente nos autos, a Administração Pública Distrital, **por meio do DFTRANS**, no pleno uso do seu poder de polícia, procedia à fiscalização dos ônibus da empresa ré, sempre buscando uma melhoria na prestação dos serviços à população e, conseqüentemente, ainda que fosse sua atribuição (repita-se: a atribuição é da União), um melhor ambiente de trabalho para os cobradores e motoristas.

Tal situação fática, Excelências, afasta por completo o dever de indenizar do Distrito Federal. Isto porque, tendo havido fiscalização incessante por parte da Administração Pública Distrital, **beira ao absurdo a afirmação no sentido de que o ente público contestante omitiu-se no seu dever de agir.**

<sup>4</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 885.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



Nessa perspectiva, decorre de dedução lógica que, **inexistindo omissão estatal, inexistirá também a responsabilidade**, devendo os **pedidos** contidos na peça de ingresso ser **julgados totalmente improcedentes** no que se refere à pretensão voltada ao Distrito Federal.

Ora, inexistindo omissão estatal no presente caso concreto não há falar em dever de indenizar por parte do Distrito Federal, afigurando-se, inclusive, desnecessário tecer comentários sobre os demais elementos da responsabilidade civil subjetiva do Estado. Todavia, em homenagem ao princípio da eventualidade, vejamos as demais razões pelas quais os pedidos formulados pelo Ministério Público devem ser julgados improcedentes.

**4.3.1.3 Inexistência de responsabilidade civil: ausência de culpa**

Como visto, em sede de responsabilidade civil subjetiva, além da omissão estatal, deve estar presente também o dano, o nexo de causalidade e, sobretudo a culpa, ainda que considerada esta última no seu mais amplo sentido.

Em outro dizer e ainda valendo-se dos ensinamentos do Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, para configurar a responsabilidade estatal por omissão não basta a simples relação entre a ausência do serviço (omissão estatal) e o dano sofrido. Afirma ele,

*"cumpre que haja algo mais: a culpa por negligência, imprudência ou imperícia no serviço, ensejadoras do dano, ou então o dolo, intenção de omitir-se, quando era obrigatório para o Estado atuar e fazê-lo segundo um certo padrão de eficiência capaz de obstar ao evento lesivo. Em uma palavra: é necessário que o Estado haja incorrido em ilicitude, por não ter ocorrido para impedir o dano ou por haver sido insuficiente neste mister, em razão de comportamento inferior ao padrão legal exigível." <sup>5</sup>*

Entretanto, nos autos, não há uma prova sequer nem digressão sobre efetiva culpa do Distrito Federal em relação ao suposto prejuízo sofrido pelos motoristas e cobradores empregados pelas atuais concessionárias.

<sup>5</sup> Idem. Ibidem, p. 896.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

213  
6

Não foi comprovado nem mesmo que este ente público tinha ciência dos fatos alegados – note-se que o Ministério Público instaurou inquéritos civis desde 2004 sobre o assunto, mas na exordial, em nenhum momento é dito que foi feita comunicação à Secretaria de Transportes do Distrito Federal para tomar providências.

O Ministério Público apenas afirma que o Distrito Federal deve ser civilmente responsabilizado, mas simplesmente alega, **não prova nada**, nem muito menos individualiza a sua conduta nem demonstra a sua culpa sobre a qual poderia ter sido feito algum juízo de reprovação.

Mas também não poderia ter sido diverso, já que **em momento algum o Distrito Federal agiu com imprudência, imperícia ou negligência, bem como omitiu-se intencionalmente**, até mesmo porque, conforme visto no tópico anterior, tal omissão não houve.

Ora, se encontra presente no caso dos autos o elemento subjetivo da responsabilidade civil subjetiva do Estado, qual seja, a culpa no seu mais amplo sentido, é inquestionável que não há falar-se em dever de indenizar por parte do Distrito Federal.

Portanto, na improvável hipótese de esse Juízo entender que o Distrito Federal é responsável pelos alegados danos à coletividade e aos trabalhadores das atuais permissionárias de transporte coletivo, ainda assim é forçoso o julgamento pela improcedência do referido pedido do Autor por ser manifesta a inexistência de culpa por parte do ente público contestante.

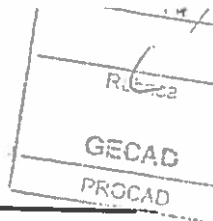
**4.3.1.4 Da ausência de responsabilidade civil:**  
**considerações acerca do suposto dano**

Deve ser destacado ainda que o Ministério Público do Trabalho não comprovou a ocorrência de dano moral “na coletividade de empregados e na sociedade”, tal como alegado na peça de ingresso. Aparentemente isso é aventado pelo Ministério Público do Trabalho ao usar as expressões “dano genérico”, “prejuízo moral potencial” e “dano desferido potencialmente a um universo de pessoas”.

✓



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



Ocorre que o *parquet* ajuizou a ação após investigar 7 (sete) das empresas permissionárias de transporte coletivo no Distrito Federal, **afirmando** que houve dano a toda a classe dos motoristas e cobradores respectivos (cerca de 15 mil pessoas, segundo o Autor), porém não tendo sido feitas investigações quanto a 9 (nove) outras empresas permissionárias do aludido serviço, nem quanto à coletividade como um todo.

Ou seja, a parte autora só fez um mínimo levantamento de informações em relação a porção minoritária das empresas que atendem o transporte coletivo, contudo defende que foram prejudicados **todos** os motoristas e cobradores, bem como toda a coletividade.

Ora, Excelências, assoma evidente que, em um universo de 16 (dezesesseis) empresas, a utilização de apenas 7 (sete) permissionários como amostragem para aferir se houve ou não dano à integridade física dos trabalhadores não demonstra a universalidade que deveria estar abarcado pelo suposto dano moral coletivo.

Em outras palavras, **não há demonstração de coletividade do dano!** Pelo que consta dos autos, apenas alguns empresários de algumas empresas possuem algum déficit auditivo, o que não quer dizer que tal deficiência tenha relação direta com a má prestação dos serviços pelas permissionárias do serviço de transporte coletivo.

Não se estar afirmando que, se realmente comprovado dano à saúde do trabalhador, este não terá direito à indenização por violação à sua integridade física. Não é isso! O que se está a afirmar é que o meio pelo qual essa indenização poderá ocorrer **não deve ser este instrumento de ação coletiva**, mas sim **ações individuais** propostas por cada um dos trabalhadores supostamente lesados.

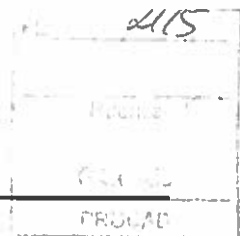
Em conclusão, por **não restar caracterizado um efetivo dano moral a uma universalidade de pessoas**, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe.

## 5. DO PREQUESTIONAMENTO

Com o intuito de resguardar o direito do recorrente de encaminhar a presente demanda ao Supremo Tribunal Federal, o Distrito Federal pugna para que



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**  
**PROCAD**



haja manifestação expressa sobre os seguintes dispositivos: **inciso XXXV, artigo 5º; inciso XXIV do artigo 21; inciso IX do artigo 93; e §6º do artigo 37, todos da Constituição da República.**

**6. DA CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, o Distrito Federal requer e espera conhecimento, processamento e provimento do presente Recurso de Revista:

- a) para, reformando o acórdão recorrido, cassar a sentença de piso, nos termos da fundamentação supra;
- b) para, subsidiariamente, reformando o acórdão recorrido, extinguir o processo sem resolução de mérito em relação ao Distrito Federal, pois, como visto, este não possui legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda;
- c) para, ainda subsidiariamente, reformando o acórdão recorrido, julgar improcedentes os pedidos.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 29 de janeiro de 2014.

**EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR**

*Procurador do Distrito Federal*

OAB/DF nº 29.190



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

14 + 14

PGDF  
PROCURADORIA GERAL  
DO DISTRITO FEDERAL

Rubrica

GECAD

PROCAD

EXCELENTÍSSIMO(A) DESEMBARGADOR(A) PRESIDENTE DO TRIBUNAL  
REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Autos: 0001614-13.2012.5.10.003

Reclamante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Reclamados: VIPLAN e DISTRITO FEDERAL



O **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente qualificado nos presentes autos, vem, perante Vossa Excelência, apresentar recurso de

**AGRAVO DE INSTRUMENTO**

ao Tribunal Superior do Trabalho, com supedâneo no art. 897, "b", da CLT, conforme razões anexas.

Requer desde já, seja reconsiderada a decisão que denegou seguimento ao recurso de revista do ora Agravante e, caso mantida a decisão agravada, requeir o processamento do agravo e envio dos autos à Corte *ad quem*, na forma e para os fins de direito (Resolução 1.418 de 30/08/2010 do Tribunal Superior do Trabalho).

Brasília/DF, 24 de março de 2015.

Luiz Felipe da Mata Machado Silva  
Procurador do Distrito Federal  
OAB/DF 34.295



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



**RAZÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA**

Autos nº 0001614-13.2012.5.10.003

Agravante: **DISTRITO FEDERAL**

Agravados: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e VIPLAN**

*Resumo do Agravo de Instrumento:*  
dentre outros vícios da decisão recorrida, a pretexto de proceder ao juízo de admissibilidade da Revista, o Exmo Presidente do Tribunal Regional da 10ª Região, adentrando no mérito do Recurso Extremo, usurpou a competência deste Tribunal Superior do Trabalho para julgá-lo.

Colendo Tribunal Superior do Trabalho,

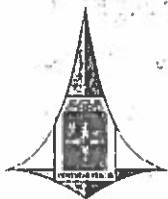
Emérita Turma,

Eminente Ministro(a) Relator(a),

**1. BREVE RESUMO DOS FATOS**

O MPT, em sede de inquérito civil público, teria constatado que as concessionárias de serviço público responsáveis pelo transporte público (ônibus) no Distrito Federal não teriam promovido adequada tutela do meio ambiente de trabalho de seus empregados, em razão de utilizarem ônibus com motores situados à frente do ônibus.

Ajuizou, então, ação civil pública em face de todas as concessionárias de ônibus desta Unidade Federativa deduzindo pretensão condenatória, fundada em suposto dano moral coletivo, exigindo o pagamento de **R\$ 10.000.000,00** (dez milhões de reais). Ainda segundo o *Parquet*, o Distrito Federal deveria responder **solidariamente** pelo dano, uma vez que



não teria realizado a adequada tutela do contrato administrativo de concessão de serviço público.

A r. sentença julgou parcialmente procedente o pedido, condenando o Distrito Federal e a VIPLAN ao pagamento de R\$ 1.000.000,00. As partes recorreram e o E. TRT da 10ª Região manteve o entendimento firmado no juízo *a quo*, mas reduzindo a indenização para R\$ 200.000,00.

O Distrito Federal opôs recurso de revista que, contudo, foi denegado pelo Ex.mo. Sr. Presidente do Tribunal de origem – que admitiu, por outro lado, o recurso excepcional oposto pela co-réu –, ensejando a necessidade de interposição do presente agravo.

## **2. DOS PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE**

### **2.1 - DA TEMPESTIVIDADE**

A r. decisão agravada foi disponibilizada no DJe em 10/03/2015 e considerada publicada em 11/01/2015. Considerando que o Distrito Federal é beneficiário das disposições do art. 1º do Decreto-Lei nº 779/69, que confere à Fazenda Pública o prazo em dobro para recorrer, verifica-se a plena tempestividade deste apelo.

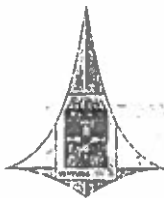
### **2.2 - DO CABIMENTO DO RECURSO**

Dispõe o art. 897, “b”, da CLT, que cabe agravo de instrumento das decisões que denegam a interposição de recursos, sendo esta exatamente a hipótese dos autos.

### **2.3 - DA INEXIGIBILIDADE DE PREPARO e DEPÓSITO RECURSAL**

Conforme disposto no art. 790-A, I, da CLT e art. 1º, IV, do Decreto-Lei 779/69, o Distrito Federal é isento do pagamento de custas e recolhimento de depósito recursal, respectivamente.

### **2.4 - DO INTERESSE RECURSAL, DA ADEQUAÇÃO E DA REGULARIDADE FORMAL**



O interesse recursal do Distrito Federal é notório, uma vez que teve seu Recurso de Revista com seguimento denegado. Ademais, há interesse público primário em discussão, razão pela qual se busca proteger, por meio do presente apelo, a própria ordem jurídica e o erário distrital.

O recurso é adequado e encontra-se formalmente regular, uma vez que apresentado dentro dos próprios autos do processo judicial, nos termos da Resolução Administrativa nº 1418/2010 do Tribunal Superior do Trabalho.

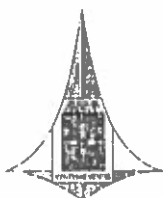
Por fim, o recurso é subscrito por Procurador do Distrito Federal, decorrendo seu mandato da lei, nos termos dos artigos 37, II, e 132, ambos da Constituição Federal (Súmula nº 436 do TST).

### **3. DOS PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE**

#### **3.1 - DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE SEGUIMENTO DO RECURSO DE REVISTA.**

O Distrito Federal teve negado seguimento de seu Recurso de Revista sob os seguintes fundamentos:

*Recurso de: Distrito Federal PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS*  
*Tempestivo o recurso (publicação em 23/01/2015 - fls. 8307;*  
*recurso apresentado em 02/02/2015 - fls. ). Regular a*  
*representação processual (nos termos da Súmula nº 436/TST).*  
*Isento de preparo (CLT, art. 790-A e DL 779/69, art. 1º, IV).*  
**PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS DIREITO PROCESSUAL CÍVEL E**  
**DO TRABALHO / Jurisdição e Competência. Alegação(ões):**  
*violação do(s) artigo 114, da Constituição Federal. A eg. Turma*  
*rejeitou a preliminar de incompetência arguida pelo DISTRITO*  
*FEDERAL aos seguintes fundamentos: "Não há de se afastar a*  
*competência desta Especializada vez que a causa de pedir e o*  
*pedido derivam de violação a importantes regras de higiene,*  
*segurança e saúde dos trabalhadores e, desse modo, decorrem*  
*de relação de trabalho. Friso que a competência material da*  
*Justiça do Trabalho é aferida em abstrato, a partir da causa de*



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

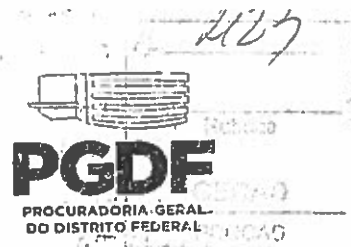


pedir e do pedido. O art. 114 da nossa Carta Magna é o embasador da competência material desta Justiça Laboral haja vista se buscar, no presente litígio, adequadas condições do meio ambiente de trabalho" (fl. 8261-v.). Nas razões do recurso, o Distrito Federal argui novamente a preliminar de incompetência desta Justiça Especial em razão da matéria, ao argumento de que a causa de pedir em relação ao Distrito Federal não possui contornos trabalhistas, mas sim de direito administrativo. Suscita a transcendência da matéria. Razão não lhe assiste. Primeiramente, vale lembrar que a matéria relativa à transcendência está pendente de regulamentação pelo colendo TST. Precedentes: AIRR - 122-07.2010.5.03.0114, Relator Ministro: Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/08/2011; AIRR - 83140-83.2008.5.08.0007, Relator Ministro: José Roberto Freire Pimenta, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/08/2011. No mais, o Ministério Público do Trabalho, através de ação civil pública, pretende assegurar, por determinação judicial, o cumprimento de exigências relativas à condições de trabalho. E, indiscutivelmente, a segurança do trabalho insere-se na relação jurídica trabalhista, voltada aos interesses de empregados e empregadores, não se podendo afastar a competência desta Justiça Especial. Assim, não se pode dissociar a segurança do trabalho do liame empregatício, o que atrai a incidência do artigo 114 da Constituição da República. Nesse sentido dispõe a Súmula nº 736 do STF, que ora se reproduz: 736. COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR AS AÇÕES QUE TENHAM COMO CAUSA DE PEDIR O DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES." DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO / Partes e Procuradores. Alegação(ões): - violação do(s) artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal. - violação do(s) Lei nº 10593/2002, artigo 11, inciso I; Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 626; Lei nº 8666/1993, artigo 71, § 1º. A eg. Turma reconheceu a legitimidade do Distrito Federal para atuar no presente polo passivo aos seguintes termos: "Legitimidade "é a qualidade processual de titular da ação





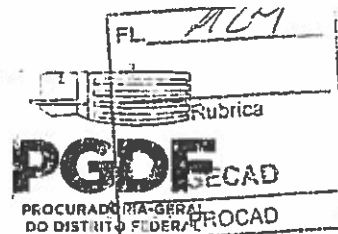
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



decorrente da titularidade, em abstrato, da relação controvertida deduzia em juízo (ordinária) ou da vontade da lei (extraordinária)" (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. 6.ed. Código de processo civil interpretado . Manole, p. 255). Possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda aquele que, em tese, possui aptidão jurídica para suportar os efeitos da decisão judicial. Frise-se que enquanto uma das condições da ação a legitimidade deve ser aferida abstratamente, a partir da simples leitura da inicial e das alegações nela contidas. Note-se que o autor busca a condenação solidária do Distrito Federal razão pela qual foi este inserido no polo passivo. A nuances levantadas a respeito de ser de responsabilidade do DFTRANS a fiscalização da concessionária ou a impossibilidade de responsabilização solidária do Distrito Federal encontram-se afetos ao mérito da causa e como tal serão analisadas" (fls. 8262-v./8263). Insurge-se o reclamado ao argumento de não ter legitimidade para atuar no polo passivo da presente demanda, principalmente, conforme dispõem os arts. 21, XXIV, da Constituição Federal, 11 da Lei nº 10.593/2002 e 626 da CLT. Não se pode visualizar as indicadas ofensas, pois nenhum dos dispositivos apontados como malferidos tratam especificamente da matéria tratada nos autos, no que tange à responsabilidade de fiscalização do ente federativo quando da concessão de serviço público. Responsabilidade Solidária/Subsidiária. Alegação(ões): - violação do(s) artigo 37, §6º, da Constituição Federal. - violação do(s) Lei nº 8666/1993, artigo 71, §1º; Lei nº 8987/1995, artigo 25, 31. Insurge-se o reclamado contra sua condenação solidária ao pagamento do dano moral coletivo aos trabalhadores da VIPLAN, no valor de R\$ 200.000,00. Ocorre que trata-se de matéria interpretativa e parte não trouxe nenhum aresto servível ao confronto, nos termos do art. 896, alínea "a", da CLT, a fim de se estabelecer a necessária divergência jurisprudencial para impulso do presente recurso. CONCLUSÃO Ante o exposto, DENEGO seguimento ao recurso de revista.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



Conforme se verifica no despacho supra, os seguintes aspectos foram levados em consideração pela Ilustre Presidente do TRT da 10ª Região para se negar seguimento ao apelo: (a) não teria havido violação, pelo acórdão recorrido, do artigo 114 da Constituição da República; (b) não houve violação do artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal, do artigo 11, I, da Lei nº 10593/2002, do artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, nem do §1º do art. 71 da Lei nº 8666/1993; (c) não houve violação do §6º do artigo 37 da Constituição, nem dos artigos 25 e 31 da Lei nº 8.987/95.

Com a devida vênia, não devem prevalecer os fundamentos da r. decisão.

**3.2 - DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO DESPACHO DENEGATÓRIO E DA REITARAÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPOSTOS NO RECURSO DE REVISTA.**

Da rápida leitura da decisão ora recorrida, percebe-se que a sua premente necessidade de reforma. É que, com o devido respeito, o Exmo. Presidente do Tribunal Regional recorrido extrapolou os limites de legais do “juízo de admissibilidade”. Segundo a técnica processual correta, a Presidência deveria se limitar a analisar se as alegações do recorrente se amoldam ao ditame legal – preenchimento dos requisitos de admissibilidade – e não adentrar no mérito recursal, tal como o fez, pois esta atribuição é exclusiva deste Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

**3.2.1 - Da reiteração das violações**

Inicialmente, reiteram-se as violações a dispositivos de lei e da Constituição apontados no Recurso de Revista, os quais são aptos ao adequado processamento do apelo, nos termos do art. 896 da CLT.

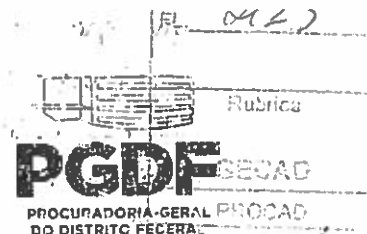
Para tanto, passaremos à impugnação específica de cada ponto abordado pelo ilustre Presidente do TRT.

**3.2.2 - Da violação ao artigo 114 da Constituição da República**

Em relação à alegação do Distrito Federal no que se refere à violação, pelo acórdão regional, do art. 114 da Constituição da República,



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



entendeu a r. decisão vergastada que competiria ao Distrito Federal implementar a tutela das condições de trabalho nas relações empregatícias decorrentes do contrato de concessão que celebrara com a segunda ré, atraindo, pois, a competência da Justiça do Trabalho, segundo o artigo 114 da Constituição da República.

Com a devida vênia, não merece prosperar a fundamentação utilizada pelo juízo recorrido. **A uma**, pois não se limitou a examinar os requisitos de admissibilidade do Recurso de Revista interposto, mas sim adentrou no mérito recursal, usurpando a competência desta Egrégia Corte Superior do Trabalho. **A duas**, pois há clara violação ao artigo 114 da Constituição da República, no acórdão, tal como destacado na Revista. Expliquemos melhor.

O Distrito Federal tem absoluta consciência e concordância com o disposto na Súmula 736 do STF:

Sum. 736, STF. COMPETE À JUSTIÇA DO TRABALHO JULGAR AS AÇÕES QUE TENHAM COMO CAUSA DE PEDIR O DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES.

**Contudo, não é esse o debate nestes autos.**

Há, evidentemente, duas relações jurídicas distintas deduzidas no presente feito: CONCESSIONÁRIA – EMPREGADOS X DISTRITO FEDERAL – CONCESSIONÁRIA.

A causa de pedir e o pedido deduzidos em face da Concessionária distrital possuem contornos evidentemente trabalhistas, pois dizem respeito à salvaguarda do meio ambiente de trabalho em uma relação jurídica que envolve empregado e empregador.

Todavia, o mesmo não ocorre com a causa de pedir em relação ao Distrito Federal. **A causa de pedir deduzida pelo MPT é o descumprimento dos deveres anexos ao contrato administrativo.** A relação entre o Distrito Federal e a empresa VIPLAN é estritamente de direito administrativo.



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**  
**PROCAD**



Ao buscar desvincular o (suposto) dever do Distrito Federal do contrato administrativo, fonte exclusiva de sua (suposta) obrigação, a r. decisão vergastada acaba por atribuir ao ente distrital a competência da União de efetivar a fiscalização do trabalho, em afronta ao que já fora reiteradamente decidido pelo STF em sede de controle concentrado com o ser aprofundado à frente.

Não há relação jurídica entre o Distrito Federal e os empregados da VIPLAN, a justificar a incidência do artigo 114 da Constituição, mas, apenas, entre esta Unidade Federativa e a concessionária de ônibus, fundada exatamente em um contrato administrativo.

A relação trabalhista (empregado VS VIPLAN) não se confunde com a relação de Direito Administrativo discutida nos autos (Distrito Federal VS VIPLAN). **O MPT não ampara o seu pedido indenizatório em quaisquer normas de direito do trabalho, ou em contrato de trabalho, mas em um contrato administrativo de concessão de serviço público, como expressamente disposto pelo artigo 31 da Lei de Concessões Públicas e no artigo 70 da Lei de Licitações. Veja-se:**

Art. 31. (...) Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente."

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º. A inadimplência do contratado, com referência

<sup>1</sup> Entre diversos outros, veja-se:

**SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO - COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.** Ao primeiro exame, cumpre à União legislar sobre parâmetros alusivos à prestação de serviços - artigos 21, inciso XXIV, e 22, inciso I, da Constituição Federal. O gênero "meio ambiente", em relação ao qual é viável a competência em concurso da União, do Estado e do Distrito Federal, a teor do disposto no artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, não abrange o ambiente de trabalho, muito menos a ponto de chegar-se à fiscalização do local por autoridade estadual, com imposição de multa. Suspensão da eficácia da Lei nº 2.702, de 1997, do Estado do Rio de Janeiro. (ADI 1893 MC, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 18/12/1998, DJ 23-04-1999 PP-00002 EMENT VOL-01947-01 PP-00141)



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

(...)

Por todo o exposto, fácil perceber que a indenização por dano moral pleiteada nestes autos *em face do Distrito Federal* **não decorre de relação de trabalho**. Portanto, não há que se falar, também, na aplicação do artigo 114, VI, da Constituição.

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

(...)

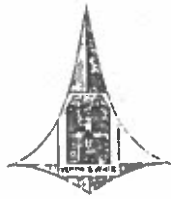
VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, **decorrentes da relação de trabalho**;

**Repise-se, a causa de pedir para o pleito indenizatório não decorre de relação de trabalho, mas de contrato administrativo.** E, no caso, não se trata de demanda movida nem por empregados, nem contra os respectivos empregadores, tampouco fundada em ato decorrente da relação de trabalho entre as partes, porque não há relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos trabalhadores.

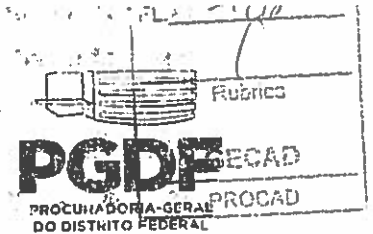
Diante do exposto, requer o Distrito Federal seja provido o recurso para reformar a decisão recorrida em relação à não admissão do Recurso de Revista no que se refere à alegação de **violação ao artigo 114 da Constituição da República**. Em seguida, que seja dado provimento a este recurso para, nos termos do recurso de revista que se busca destrancar, declarar a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para o presente feito, extinguindo-se o processo sem análise de mérito.

**3.2.3 - Da violação ao artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal, do artigo 11, I, da Lei nº 10593/2002, do artigo 626 da Consolidação das**

**Leis do Trabalho**



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



Em relação à alegação do Distrito Federal no que se refere à violação, pelo acórdão regional, do artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal, do artigo 11, I, da Lei nº 10593/2002, do artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, e do §1º do art. 71 da Lei nº 8666/1993, assim se manifestou o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal da 10ª Região:

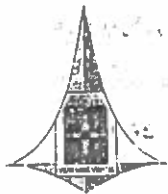
(...)

*Não se pode visualizar as indicas ofensas, pois nenhum dos dispositivos apontados como malferidos tratam especificamente da matéria tratada nos autos, no que tange à responsabilidade de fiscalização do ente federativo quando da concessão de serviço público. Responsabilidade Solidária/Subsidiária."*

Com a devida vênia, mais uma vez, não merece prosperar a fundamentação utilizada pelo juízo recorrido, já que o v. acórdão vergastado analisou as alegações do Distrito Federal, adotando tese, contudo, em desacordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal – motivo pelo qual deve ser revista.

O v. acórdão vergastado, embora tenha sido instado a analisar a divisão de competência para a realização da fiscalização do trabalho tanto em sede de recurso ordinário quanto por meio de embargos de declaração, resolveu a questão por meio do artigo 942 do código civil – ou seja, imputando à (suposta) falta de fiscalização do trabalho a causa de sua responsabilidade solidária para com o dever de responsabilizar.

Resta evidente, portanto, que o v. acórdão hostilizado tratou do tema impugnado pelo Distrito Federal, mas deu solução distinta da ora pretendida. Contudo, mesmo que se considere o não enfrentamento da questão em análise, deve-se ressaltar que este Ente Federado deduziu-as em sede de embargos de declaração e, portanto, resta demonstrado o prequestionamento ficto.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



Com efeito, comprovando-se a existência de clara violação do artigo 21, inciso XXIV, da Constituição Federal, do artigo 11, I, da Lei nº 10593/2002, do artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho, e do §1º do art. 71 da Lei nº 8666/1993, no acórdão recorrido, merece este agravo ser conhecido e provido. Senão, vejamos.

Pertence à União, por intermédio do Ministério do Trabalho, o dever de fiscalizar as condições de segurança do trabalho e, conseqüentemente, o de aplicar penalidades pelo descumprimento às respectivas normas, atribuição que decorre do poder de polícia, consistente em atividade limitadora do exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo.

Com efeito, a fundamentação legal da inspeção do trabalho é inicialmente encontrada na Constituição Federal de 1988: "**Art. 21. Compete à União - Inciso XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho**"

Também a Consolidação da Lei do Trabalho, em seu art. 626 e seguintes, prevê a competência do Ministério do Trabalho para fiscalizar o fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho:

*Art. 626 "Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho."*

Além disso, no exercício de sua competência privativa para legislar e exclusiva para fiscalizar, a União editou a **Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002**, dispondo sobre a organização da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho. No **art. 11**, este diploma legislativo enumerou as competências administrativas desses servidores federais, *in verbis*:

*Art. 11. Os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:*

*I - o cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à*





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



*segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego;*

*II - a verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, visando à redução dos índices de informalidade;*

*III - a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, objetivando minimizar os índices de arrecadação;*

*IV - o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores;*

*V - o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário;*

*VI - a lavratura de auto de apreensão e guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades, bem como o exame da contabilidade das empresas, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.*

*Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará as atribuições privativas previstas neste artigo, podendo cometer aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho outras atribuições, desde que compatíveis com atividades de auditoria e fiscalização. (grifos nossos)*

Nos ditames do artigo supracitado, os **Audidores-Fiscais do Trabalho**, servidores de carreira da União, gozam de **atribuições privativas para fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares no âmbito das relações de trabalho**, em todo o território nacional.

Portanto, a inspeção do trabalho - que é sinônima de fiscalização do trabalho - não pode ser atribuída a órgãos estaduais, municipais ou distritais, sob pena de violação do sistema de competências estabelecido na Constituição de 1988.

É inegável, portanto, que a fiscalização ou a ausência dela, alegada pelo Ministério Público do Trabalho, é de **responsabilidade exclusiva da União**, por intermédios dos órgãos constituídos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em outras palavras, O DISTRITO FEDERAL NÃO POSSUI COMPETÊNCIA PREVISTA EM LEI PARA FISCALIZAR O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO!!!! NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO E DA LEI N.º 10.593/02, SOMENTE A UNIÃO PODERÁ FAZÊ-LO!!! Qualquer conduta do Distrito Federal nesse sentido seria considerado um ato administrativo nulo!!!!





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



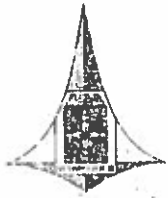
Mas não é só!

No julgamento da **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.893**, de Relatoria do Ministro Carlos Velloso, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a **inconstitucionalidade de norma estadual que estabelecia política de proteção à saúde do trabalhador**.

Naquela ocasião, o Relator adotou como fundamento o parecer do Procurador-Geral da República, proferido nos termos seguintes:

*"Observa-se que o legislador estadual utilizou-se de maneira equivocada de sua competência supletiva para inserir a ideia de 'saúde', abordada no inciso XII, do mencionado art. 24, a saúde no ambiente do trabalho, matéria esta eminentemente trabalhista, prevista no art. 22, § 1º, como de competência privativa da União. À toda evidência, a Lei impugnada viola os arts. 21, XXIV e 22, I, da Carta Federal, pois os temas atinentes à segurança e à saúde do trabalhador estão inseridos no conteúdo do Direito do Trabalho, somente podendo ser objeto de legislação estadual em caso de delegação de competência da União para os Estados, por meio de lei complementar devidamente aprovada pelo Congresso Nacional. Quanto à inspeção do trabalho, não há dúvida de que tal atribuição não assiste ao Estado, mesmo sendo este participante do Sistema Único de Saúde - SUS, pois o art. 200, inciso VIII, expõe claramente sua condição de colaborador para a proteção do meio ambiente de trabalho, sendo a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e serviços de saúde, reservados à Lei, conforme preceitua o art. 197, da Constituição Federal. Cabe ressaltar que a Lei 8.080/90, que regula o art. 197, da Carta Federal, não confere competência aos Estados para legislar sobre a proteção da saúde do trabalhador ou disciplinar a inspeção do trabalho" (DJ 4.6.2004 - grifos nossos).*

Em outra oportunidade, o **Supremo Tribunal Federal**, por ocasião do julgamento da **ADI nº 953**, também assentou que em matéria de



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



fiscalização do trabalho somente a União pode legislar e implementá-la, *in verbis*, segue a ementa:

**EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 417, DE 02.03.93, DO DISTRITO FEDERAL. ARTS. 21, XXIV E 22, I DA CF. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA IMPLEMENTAR AÇÕES FISCALIZATÓRIAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.** É pacífico o entendimento deste Supremo Tribunal quanto a inconstitucionalidade de normas locais que tenham como objeto matérias de competência legislativa privativa da União. A norma sob exame, ao criar regras e prever sanções administrativas para se coibir atos discriminatórios contra a mulher nas relações de trabalho, dispôs sobre matéria de competência legislativa outorgada à União. **Viola, ainda, o diploma impugnado, o art. 21, XXIV, da CF, por atribuir poder de fiscalização, no âmbito do trabalho, a ente da Federação que não a União.** Ação direta que se julga procedente, para se declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 417/93, do Distrito Federal. (ADI 953, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 19/03/2003, DJ 02-05-2003 PP-00025 EMENT VOL-02108-01 PP-00036)14 (grifos nossos)

O que se quer demonstrar com isso, Nobres Ministros, é que por esse motivo **ao Distrito Federal falta legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda**, devendo toda e qualquer responsabilidade em decorrência da ausência de fiscalização no meio ambiente do trabalho ser atribuída à União.

Como se vê, quando o acórdão regional mantém a sentença originária ele acaba por violar as literais disposições do inciso I do artigo 11 da Lei n.º 10.592/02 e do artigo 626 da CLT, bem como afrontar direta e literalmente o inciso XXIV do artigo 21 da Constituição da República,



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



circunstâncias estas que foram solenemente ignoradas pela decisão ora recorrida

Nessa perspectiva, é inegável que a decisão ora recorrida merece reforma também contra o ponto, devendo a Revista seguir o seu regular processamento – reiterando-se, desde já, o pedido pelo seu provimento.

**3.2.5 – Da violação ao §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, ao §6º do artigo 37 da Constituição e aos artigos 25 e 31 da Lei n.º 8.987/95**

Em relação à alegação do Distrito Federal no que se refere à violação, pelo acórdão regional, ao §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, ao §6º do artigo 37 da Constituição e aos artigos 25 e 31 da Lei n.º 8.987/95, assim se manifestou o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal da 10ª Região:

*Alegação(ões): - violação do(s) artigo 37, §6º, da Constituição Federal. - violação do(s) Lei nº 8666/1993, artigo 71, §1º; Lei nº 8987/1995, artigo 25, 31. Insurge-se o reclamado contra sua condenação solidária ao pagamento do dano moral coletivo aos trabalhadores da VIPLAN, no valor de R\$ 200.000,00. Ocorre que trata-se de matéria interpretativa e a parte não trouxe nenhum aresto servível ao confronto, nos termos do art. 896, alínea "a", da CLT, a fim de se estabelecer a necessária divergência jurisprudencial para impulso do presente recurso.*

Com a devida vênia, igualmente, não merece prosperar as razões utilizadas pelo juízo recorrido. **O Distrito Federal fundamentou seu recurso de revista em afronta à lei federal, não havendo qualquer fundamento para denegá-lo com base em ausência de divergência jurisprudencial.**

Com efeito, compete-lhe demonstrar a (clara) violação ao §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, ao §6º do artigo 37 da Constituição e aos artigos 25 e 31 da Lei n.º 8.987/95, para cumprir os requisitos de admissibilidade do recurso. Reiteremos, pois, a evidente afronta aos dispositivos legais e constitucionais em análise.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



Segundo o e. TRT 10ª Região, o **artigo 942 do Código Civil** imporia o dever de reparar a todos aqueles responsáveis pela condutas antijurídicas que concorreram com o dano. Com efeito, o Distrito Federal teria dado causa ao (suposto) dano em razão de sua falta de fiscalização.

Contudo, além de uma evidente inadequada aplicação do artigo 942 do Código Civil, bem como da teorização em torno da responsabilidade do Estado à hipótese, há uma discussão prévia e já assentado pelo STF em sede de controle concentrado: **o Poder Público responde subsidiariamente em relação às obrigações trabalhistas decorrentes do contrato administrativo – dentre elas a de fiscalização das relações de trabalho das concessionárias/contratadas com seus empregados.** Veja-se:

**“RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. Subsidiária.** Contrato com a administração pública. Inadimplência negocial do outro contraente. **Transferência consequente e automática dos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, à administração. Impossibilidade jurídica.** Consequência proibida pelo art., 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93. Constitucionalidade reconhecida dessa norma. Ação direta de constitucionalidade julgada, nesse sentido, procedente. Voto vencido. É constitucional a norma inscrita no art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995.”

(STF – ADC 16/DF – Tribunal Pleno – Rel. Min. Cezar Peluso – J. em 24/11/10)

Atenta frontalmente à interpretação da Constituição pelo STF as r. decisões ora vergastadas – motivo pelo qual esta Unidade Federativa oporá reclamação para fazer valer a interpretação dada pelo STF ao dispositivo.

Ora, Excelências, o v. acórdão regional acatou posicionamento frontalmente *contra legem*, como se confere dos seguintes dispositivos:

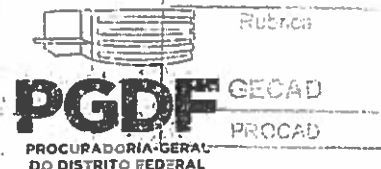
Lei n.º 8.666/93:

**“Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.**

**§ 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá**



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis." – destaques nossos.

Lei n.º 8.987/95:

**"Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.**

[...]

**Art. 31. Incumbe à concessionária:**

**I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;**

[...]

**Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.**" - negritamos

A relação de responsabilidade perante terceiros entre Poder Concedente e permissionário/concessionário será sempre de subsidiariedade e nunca de condenação direta, tal como o fez o acórdão.

Também cabe citar, por sua relevância, trechos do voto da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha no julgamento, em que é sopesado o art. 71, §1º, da Lei de Licitações com a responsabilidade civil do Estado desenhada no art. 37, §6º, da Constituição Federal:

"Da compatibilidade entre art. 71, §1º da Lei n.º 8.666/93 e o art. 37, §6º da Constituição da República

(...)

25. Sabe-se ser requisito para se ter configurada a responsabilidade da entidade estatal que o dano causado a terceiro em decorrência da prestação do serviço público tenha como autor agente público.

A responsabilidade do ente do Poder Público prevista na Constituição da República exige, como requisito necessário a sua configuração, que o dano tenha origem em ato comissivo ou omissivo de agente público que aja nessa qualidade.

Não é essa a situação disciplinada pelo art. 71, §1º da Lei 8.666/93. Nesse dispositivo, o 'dano' considerado seria o inadimplemento de obrigações trabalhistas por empresa que não integra a Administração Pública, logo, não se poderia jamais caracterizar como agente público.

(...)



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



*Assim, a previsão legal de impossibilidade de transferência da responsabilidade pelo pagamento de obrigações trabalhistas não adimplidas pelo contratado particular não contraria o princípio da responsabilidade do Estado, apenas disciplinando a relação entre a entidade da Administração Pública e seu contratado.*

(...)

Ao argumento de obediência ao princípio da responsabilidade de Estado – de natureza extracontratual – não se há de admitir que a responsabilidade decorrente de contrato de trabalho dos empregados de empresa contratada pela entidade administrativa pública a ela se comunique e por ela tenha de ser assumida.

(...)

Contudo, eventual descumprimento pela Administração Pública do seu dever legal de fiscalizar o adimplemento de obrigações trabalhistas por seu contratado, se for o caso, não impõe a automática responsabilidade subsidiária da entidade da Administração Pública por esse pagamento, pois não é capaz de gerar vínculo de natureza trabalhista entre a pessoa estatal e o empregado da empresa particular. Principalmente, se tanto ocorrer, isso não se insere no campo da inconstitucionalidade do dispositivo em causa.

Não há, portanto, de ser acolhido o argumento do Procurador-Geral da República no sentido de que “a Requerente visa a impedir que se examine, em casos concretos, possível responsabilidade da Administração, no que tange a passivos trabalhistas gerados, ainda que indiretamente, em decorrência de contratos de prestação de serviços por ela celebrado”.

A aplicação do art. 71, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 não exige a entidade da Administração Pública do dever de observar os princípios constitucionais a ela referentes, entre os quais os da legalidade e da moralidade administrativa.

Isso não importa afirmar que a pessoa da Administração Pública possa ser diretamente chamada em juízo para responder por obrigações trabalhistas devidas por empresas por ela contratadas.

Entendimento diverso resultaria em duplo prejuízo ao ente da Administração Pública, que, apesar de ter cumprido regularmente as obrigações previstas no contrato administrativo firmado, veria ameaçada sua execução e ainda teria de arcar com consequência do inadimplemento de obrigações trabalhistas pela empresa contratada.”

Diga-se, ademais, que a obrigação direta de pagamento **sempre** decorre de lei, ou seja, inexistindo lei que preveja tal circunstância, esta não



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



poderá ser presumida. Mas o caso dos autos é ainda pior, além de inexistir lei que preveja tal obrigação direta do ente público, as previsões legais que tratam do tema afastam justamente tal espécie de responsabilidade para tipificar que o Poder Concedente somente poderá ser responsabilizado de forma subsidiária em decorrência dos atos praticados pelos delegatários do serviço público.

Com efeito, o que isso quer dizer é que não há falar-se em responsabilização direta, ainda que de forma solidária do Distrito Federal, por supostos danos causados pelas empresas concessionárias/permissionárias do serviço de transporte público coletivo. Tal responsabilização, se vier a ocorrer, somente poderá tocar ao Distrito Federal de forma excepcional e subsidiária.

Mas há mais! Confirmando que, no caso concreto, é verificada apenas responsabilidade subsidiária do Poder Público – que não incide automaticamente, não sendo possível acionar diretamente a Administração em juízo, o **Enunciado n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho** (que, curiosamente, sequer foi mencionado pelo Autor) teve redação atualizada para ditar que:

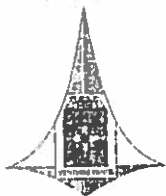
**“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE** (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

**I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).**

**II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).**

**III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.**





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



Rubrica

GECAD

PROCAD

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

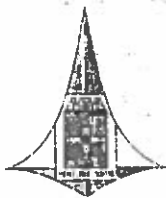
Também tal verbete sumular é cristalino ao dispor que a responsabilidade do ente público em relação às questões trabalhistas **sempre será subsidiária e nunca solidária.**

Assim, demonstrado que **não há substrato legal** ou entendimento reiterado nos Tribunais de que a Administração Pública seria responsável diretamente por danos causados por concessionárias ou permissionárias de serviço público e que, **consoante a jurisprudência do TST (na OJSBDI1-Transitória nº 66)**, sequer se configura responsabilidade subsidiária do ente concedente, impõe-se a reforma do acórdão com a imediata exclusão do Distrito Federal do polo passivo da presente demanda.

Este, inclusive, é o posicionamento unânime da doutrina, servindo de exemplo os ensinamentos do Eminentíssimo Doutrinador **José dos Santos Carvalho Filho**, para quem:

"[...] Contudo, se a culpa é exclusiva da pessoa prestadora do serviço, a ela deve ser imputada a **responsabilidade primária** e ao Poder Público a **responsabilidade subsidiária**. Resulta, pois, nessa hipótese, que eventual demanda indenizatória deve ser dirigida em face **exclusivamente** do causador do dano, **sendo a**





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



Administração parte ilegítima ad causam na referida  
ação.<sup>2</sup> – negritos originais, mas sublinhados nossos.

Ante tais argumentos, é irrefutável a constatação que o acórdão recorrido também violou frontalmente o §1º do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93, o artigo 25 e o parágrafo único do artigo 31, ambos da Lei n.º 8.987/95.

Em conclusão, não merecem prosperar os argumentos trazidos à colação pelo juízo recorrido, devendo o Recurso de Revista ter o seu processamento autorizado de forma regular e, no mérito, ser provido.

#### 4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Distrito Federal requer o conhecimento e provimento do presente agravo de instrumento, a fim de que seja processado e, em seguida, provido seu recurso de revista.

Termos em que pede deferimento.

Brasília/DF, 24 de março de 2015.

Luiz Felipe da Mata Machado Silva  
Procurador do Distrito Federal  
OAB/DF nº 34.296

<sup>2</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 21ª ed. rev, atual. e ampl., Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2009, págs. 541/542.